

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**GUILHERME DE LIMA FERRI**

**REALISMO OFENSIVO E A NEUTRALIDADE BRITÂNICA NA GUERRA DE  
SECESSÃO**

**Porto Alegre**

**2024**

**GUILHERME DE LIMA FERRI**

**REALISMO OFENSIVO E A NEUTRALIDADE BRITÂNICA NA GUERRA DE  
SECESSÃO**

Trabalho de conclusão submetido ao  
Curso de Graduação em Relações  
Internacionais da Faculdade de Ciências  
Econômicas da UFRGS, como requisito  
parcial para obtenção do título Bacharel  
em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Érico Esteves Duarte.

**Porto Alegre**

**2024**

### CIP - Catalogação na Publicação

Ferri, Guilherme de Lima  
Realismo Ofensivo e a Neutralidade Britânica na  
Guerra de Secessão / Guilherme de Lima Ferri. -- 2024.  
55 f.  
Orientador: Érico Esteves Duarte.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Relações  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Realismo Ofensivo. 2. Política Externa  
Britânica. 3. Guerra de Secessão. 4. Balança de Poder.  
5. Realismo Estrutural. I. Duarte, Érico Esteves,  
orient. II. Título.

## GUILHERME DE LIMA FERRI

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 09 de fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva  
UFRGS

---

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman  
UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao governo federal pelo oferecimento de um ensino de qualidade e pela oportunidade de estudar em uma das melhores universidades do país.

Agradeço também aos meus professores, que tiveram papel essencial na minha formação. Em especial, agradeço ao professor André Luiz Reis da Silva, por ter me dado a oportunidade de conhecer e trabalhar com a atividade de pesquisa científica, e ao meu orientador Érico Esteves Duarte, pela paciência e disposição para fazer com que esse trabalho se concretizasse.

Gostaria também de agradecer aos meus colegas e amigos que fiz durante todo esse tempo dentro da universidade. Neste espaço, muitos nomes poderiam ser citados e infelizmente, é impossível alocar todos nesta singela página de agradecimentos. Agradeço portanto, em especial, aos amigos: Alecsander Hennig, Cláudio Faes, Gabriel Benites e Luísa Rosa.

Agradeço especialmente à minha família. Ao meu pai, Silvio Tadeu Ferri e minha mãe, Viviane de Lima Ferri, por terem me dado todas as condições possíveis para estudar, e por sempre me apoiarem e me incentivarem a perseguir meus objetivos. Sem vocês, este sonho jamais seria realizado. Obrigado por todo carinho e por terem caminhado ao meu lado durante este longo trajeto. Por último, agradeço a minha pequena irmã, Olívia de Lima Ferri. Seu companheirismo, suas incontáveis dúvidas sobre o mundo acadêmico e sobre a vida, e especialmente, sua amizade, são preciosas memórias que tornam a vida mais colorida.

## RESUMO

Este trabalho tem como tema a neutralidade britânica durante a Guerra de Secessão Americana. Objetiva trazer as dinâmicas externas deste conflito tão importante para a consolidação dos Estados Unidos da América como potência mundial à luz da teoria do Realismo Ofensivo, para que seja possível analisar como o sistema internacional influenciou na adoção de uma política externa neutra da Grã-Bretanha. O trabalho busca, portanto, responder a seguinte pergunta de pesquisa: Por que a Grã-Bretanha se manteve neutra durante a Guerra de Secessão? A hipótese presume que a Grã-Bretanha adotou a neutralidade devido ao fato desta jamais ter conquistado a hegemonia regional. Mais especificamente, como o entorno estratégico britânico não fora securitizado, a priorização de sua balança de poder regional drenou esforços político e securitário do Estado, que a impediram de balancear a União no continente americano. O objetivo geral do trabalho consiste em explicar as razões por trás da neutralidade britânica perante a Guerra de Secessão Americana. Quanto aos objetivos específicos, pretende-se: operacionalizar o Realismo Ofensivo para o estudo da Guerra da Secessão Americana; avaliar a importância da ausência de uma hegemonia britânica regional para o comportamento neutro durante a guerra; verificar como o sistema internacional afetou a formulação da política externa britânica. O método do trabalho consiste em uma extensa análise bibliográfica histórica acerca dos objetivos políticos das nações e da situação securitária da Europa e América do Norte no Século XIX, além de uma busca de dados quantitativos sobre as capacidades industriais e militares das potências mundiais à época. Conclui-se que a Grã-Bretanha não interveio na Guerra Civil Americana por conta de três fatores: a competição securitária contra França e Rússia; a alta capacidade militar americana durante o esforço de guerra; as mudanças no cenário europeu devido às unificações nacionais na segunda metade do século. Os fatores reforçam a hipótese, como a Grã-Bretanha não dispunha de uma hegemonia regional, o balanceamento à União se tornou assim, uma política inviável.

**Palavras-chave:** Realismo Ofensivo. Política Externa Britânica. Guerra de Secessão. Balança de Poder. Realismo Estrutural.

## **ABSTRACT**

This study focuses on British neutrality during the American Civil War. It aims for the external dynamics of such an important event for the consolidation of the United States of America as a great power to be analyzed through the lens of the Offensive Realism Theory of International Relations, so we could better understand how the international system influenced British foreign policy of neutrality. Therefore, this study seeks to answer the following question: Why did Great-Britain stay neutral during the American Civil War? The hypothesis presumes that Great Britain adopted the strategy of neutrality due to the fact that it never achieved regional hegemony. More specifically, as its strategic surroundings never got securitized, the demand of its regional balance of power drained British attention from the Americas to Europe, making it impossible for the country to balance the Union in its own continent. The main objective of this study is to expose the reasons behind the policy of neutrality. As for the specific objectives, it aims to: operationalize Offensive Realism for the study of the American Civil War; to evaluate how the absence of british regional hegemony lead the country to pursue this neutral behavior; and to verify how the international system affected the formulation of british foreign policy. The method consists of an extensive historical bibliographic analysis about the political objectives of nations and the security status in Europe and North America in the 19th century, in addition to a research for quantitative data on the industrial and military capabilities of world powers at the time. It concludes that Great Britain did not intervene in the American Civil War due to three reasons: security competition with France and Russia; the extensive growth of American power; the changing scenario of European politics with the unification of Germany and Italy. These factors reaffirm the hypothesis that Great Britain did not achieve regional hegemony, therefore, balancing the Union would not be a viable policy, putting at risk Britains' security in Canada and in Europe.

**Key-words:** Offensive Realism. British Foreign Policy. American Civil War. Balance of Power Politics. Structural Realism.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2. TEORIAS, REALISMO E A POLARIDADE NO SÉCULO XIX.....</b>	<b>11</b>
2.1 NEUTRALIDADE.....	13
2.2 REALISMO OFENSIVO.....	13
2.3 POLARIDADE EM 1860.....	16
<b>3. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: A CONSTRUÇÃO DE UMA HEGEMONIA REGIONAL.....</b>	<b>21</b>
3.1 DESBRAVANDO O OESTE: EXPANSÃO, POLÍTICA, E IMIGRAÇÃO.....	21
3.2 NOVAS TERRAS, ESCRAVIDÃO E O PANO DE FUNDO DA GUERRA.....	24
3.3 A GUERRA DE 1812.....	27
<b>3.3.1 1812: Expansionismo americano?.....</b>	<b>27</b>
<b>3.3.2 Grã-Bretanha e EUA: o paralelo de forças em 1812.....</b>	<b>29</b>
<b>4 POLÍTICA EXTERNA BRITÂNICA E A GUERRA DE SECESSÃO AMERICANA.....</b>	<b>35</b>
4.1 REALISMO E A CONDUTA BRITÂNICA NO SÉCULO XIX.....	35
4.2 FRANÇA, RÚSSIA E A BALANÇA DE PODER EUROPEIA.....	37
4.3 O GRANDE PARALELO: EUA, GRÃ-BRETANHA E A GUERRA CIVIL AMERICANA.....	40
<b>4.3.1 Mensuração de Forças.....</b>	<b>43</b>
4.4 O CENÁRIO EUROPEU: UNIFICAÇÕES E O REORDENAMENTO DA ORDEM INTERNACIONAL.....	47
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema as dinâmicas externas da Guerra de Secessão Americana (1861-1865). Especificamente, analisa a neutralidade britânica perante o conflito. Dado o tema proposto, busca-se a resposta para a seguinte pergunta: Por que a Grã-Bretanha se manteve neutra durante a Guerra de Secessão Americana? Esta pergunta pode surgir na mente de qualquer aluno de Relações Internacionais ou conhecedor da história mundial que, ao se debruçar sobre o estudo da Guerra de Secessão Americana, percebe uma interferência quase nula das potências europeias perante o conflito que ocorria no outro lado do Atlântico. O trabalho parte de uma problemática que concerne ao comportamento britânico em referência à guerra. Parte considerável da literatura atribui a neutralidade britânica a fatores históricos pontuais, a exemplo da concepção de que foi a Declaração de Emancipação dos escravos promulgada pelo Presidente Abraham Lincoln que trouxe um caráter moral relevante para a guerra e impediu o reconhecimento da causa confederada pelas grandes potências europeias devido à má reputação que um apoio a uma causa escravista causaria à opinião pública doméstica (Doyle, 2015).

Sob uma perspectiva inicial da teoria do Realismo Ofensivo, poderia se esperar que o comportamento previsível para a Grã-Bretanha seria uma intervenção no conflito em favor dos Estados Confederados da América, fato que não foi concretizado. A lógica por trás de tal expectativa gira em torno de uma concepção de que a fragmentação dos Estados Unidos da América entre União e Confederação serviriam a um propósito teórico de interesse das grandes potências. A divisão dos EUA em duas nações impediria a formação de uma hegemonia regional (Mearsheimer, 2001). Dado que um apoio britânico (ou até mesmo europeu no geral) à causa Confederada não ocorreu, certos autores postulam que as teorias realistas não teriam papel significativo na explicação deste conflito, fazendo com que o fator determinante para desencorajar uma política intervencionista fosse a Proclamação de Emancipação e o prejudicial caráter moral que o apoio à independência de uma nação escravista teria na opinião pública internacional e doméstica. Steele (2005) parte do ponto em que a Proclamação mudou o significado da guerra de uma “agressão nortista” para uma “libertação”, significando que qualquer intervenção

realizada por parte dos britânicos afetaria a própria identidade nacional, e ostensivamente, a segurança ontológica da Grã-Bretanha (Steele, 2005. p. 521). Assim, um apoio à Confederação teria impacto antagônico ao “ser”, ou à “identidade” da política externa vitoriana, não instigando clamor público de intervenção (Steele, 2005). Este trabalho descarta esta acepção, e busca responder a pergunta de pesquisa a partir da própria teoria do Realismo Ofensivo.

A hipótese elaborada defende que o motivo principal que determinou a neutralidade britânica perante a Guerra de Secessão Americana foi o fato da Grã-Bretanha jamais ter obtido uma hegemonia regional no continente europeu. Um dos principais objetivos das grandes potências é tornar-se o hegemom de sua região (Mearsheimer, 2001) e, uma vez que esse objetivo é atingido, o impedimento à ascensão de *hegemons* em outras regiões se torna uma prioridade. Desta forma, a própria configuração da balança de poder regional europeia drenou esforços securitários do país. A proximidade geográfica das ameaças regionais, aliada à vulnerabilidade que a empreitada de apoio aos Estados Confederados da América deixaria a Grã-Bretanha em seu continente original fez com que ela não dispusesse da liberdade para interferir na balança regional de uma área onde houvesse outras potências médias em ascensão. A situação a qual se encontrava a Grã-Bretanha na metade do século XIX é contrastante ao cenário no qual outras potências mundiais já vivenciaram, a exemplo da atuação do próprio Estados Unidos da América no século XX. Após ter conquistado sua hegemonia e securitização regional, os EUA foram capazes de disponibilizar recursos para prevenir a ascensão de outras hegemonias regionais em outros continentes, a exemplo do balanceamento e intervenção nas duas guerras mundiais para impedir a ascensão da Alemanha. Assim sendo, foi a balança de poder europeia que atraiu a atenção e esforço da política externa e de defesa britânica, já que uma preponderância militar sobre as demais potências do continente nunca foi efetivada. A ascensão de potências vizinhas era uma preocupação pertinente que culminou na drenagem dos esforços securitários da coroa britânica, e impediu que esta balanceasse a União no continente americano.

O tema deste trabalho é de suma importância para o estudo das Relações Internacionais na medida em que a Guerra de Secessão Americana é um evento fundamental para a formação dos Estados Unidos da América enquanto nação e potência mundial. A abordagem da esfera internacional do conflito é essencial para

que conhecimento seja agregado sobre a história das relações internacionais, enquanto a própria aplicação teórica do Realismo Ofensivo nos ajuda a identificar a capacidade explicativa da teoria perante as dinâmicas externas do evento, buscando evidenciar se a política externa britânica foi de fato formulada a partir de *inputs* sistêmicos do sistema internacional (SI).

O objetivo geral do trabalho é explicar as razões por trás da política de neutralidade britânica. Como objetivos específicos, busca-se: operacionalizar o realismo ofensivo para a análise do sistema internacional durante a Guerra de Secessão Americana; avaliar o comportamento de uma potência quando seu entorno regional não está securitizado e verificar como o SI afetou a modulação da política externa britânica.

O trabalho está distribuído em três capítulos. O segundo capítulo trata sobre o valor das teorias de relações internacionais, adentrando nos princípios básicos do realismo ofensivo, além de estabelecer a polaridade mundial em 1860, para que seja possível identificar a distribuição de capacidades do sistema internacional à época. O terceiro capítulo busca demonstrar como os Estados Unidos da América objetivavam e encaminharam um projeto de hegemonia continental. Embora seja altamente descritivo, este capítulo tem a utilidade de dar validade às concepções teóricas que este trabalho assume, uma vez que, já que assumimos que o apoio britânico aos Confederados na Guerra de Secessão seria uma oportunidade da primeira em prevenir a consolidação hegemônica dos EUA, se faz importante demonstrar como os antecedentes da guerra civil simbolizam um esforço contínuo de expansionismo e ambição hegemônica por parte dos americanos. Além disso, o capítulo também estabelece um paralelo de forças entre Grã-Bretanha e Estados Unidos da América 50 anos antes da guerra civil, durante a Guerra de 1812. O terceiro e último capítulo trata sobre a política externa britânica e a balança de poder europeia, consiste em uma análise sobre como a política externa britânica fora condicionada pela atuação de outras potências e pela polaridade do sistema internacional a adotar a estratégia de neutralidade perante o conflito.

Quanto à metodologia, o trabalho é balizado pela teoria neorrealista de relações internacionais, em especial, o Realismo denominado “ofensivo” de John Mearsheimer. O trabalho consiste essencialmente numa aplicação teórica, em que a resposta para o comportamento da Grã-Bretanha será verificada a partir da avaliação do impacto que os inputs sistêmicos essenciais ao realismo, como a

balança de poder e a polaridade, tiveram no posicionamento britânico para a Guerra de Secessão Americana. Como sustentação de dados para que a testagem pudesse ser efectuada, foi feita uma análise histórica a partir da pesquisa e busca de dados públicos sobre as capacidades militares dos países da época, buscando informações referentes à quantidade de militares ativos, embarcações navais e gasto militar das potências no Século XIX. Também, fora feita uma revisão de literatura extensa sobre os eventos que ocorriam concomitante com o evento, para obtenção de capacidade explicativa que permitisse a demonstração do entorno estratégico de Inglaterra e EUA, a fim de ilustrar as dinâmicas securitárias que estavam em curso no cenário global.

## 2. TEORIAS, REALISMO E A POLARIDADE NO SÉCULO XIX.

A elucidação de qualquer proposta científica é preconizada pela existência de uma teoria basilar que consolide o cenário de elaboração da hipótese. Este capítulo busca explicar as bases teóricas que esclarecem o caminho para a aceção da hipótese desenvolvida para esta tese. Desta forma, para responder à pergunta de: “Por que a Grã-Bretanha se manteve neutra durante a Guerra de Secessão Americana?”, será necessário adentrarmos alguns passos preliminares que ajudam na compreensão das dinâmicas de força do Sistema Internacional e dos condicionantes para o comportamento das Grandes Potências deste sistema.

A teoria base por trás das premissas e conclusões que este trabalho assume é o Realismo Ofensivo das Relações Internacionais. Esta teoria foi desenvolvida por John J. Mearsheimer, em seu livro: “A Tragédia das Políticas das Grandes Potências” (2001) derivada a partir de emendas ao realismo estrutural de Kenneth Waltz (1979).

Cumprir mencionar para fins de melhor compreensão deste trabalho que as teorias não são uma exata descrição do real funcionamento do mundo, elas são uma abstração de nossa realidade, a qual variáveis que servem de interesse para a explicação de causalidades são isoladas para que elas possam, dentro da simplificação da realidade feita pela teoria em que se inserem, explicar determinados fenômenos do mundo. De tal forma, o Neorealismo não objetiva explicar todos os problemas das relações internacionais, nem pretende ter as respostas para todos os fenômenos importantes da política internacional, apenas busca apresentar-se como uma importante ferramenta para a compreensão das dinâmicas da competição entre grandes potências e dos objetivos dos Estados Nacionais.

A compreensão da realidade, requer sua abstração, e a abstração requer a simplificação e ordenamento desta realidade (Huntington, 1957). É desta forma que os modelos teóricos funcionam em sua aplicação prática. Ao simplificarmos o mundo, selecionamos os fatos de maior relevância que evidenciam um caminho coerente de uma causalidade lógica. Tal seleção de variáveis não é exclusiva das teorias do ramo da Ciência Política e das Relações Internacionais. O próprio método científico propunha leis e predições que partiam de experimentos que limitavam as variáveis envolvidas e controlavam as condições na qual elas operavam (Gaddis, 1993). Portanto, é natural que durante este trabalho, fatores que possam parecer

importantes para o leitor para serem mencionados como motivos determinantes para a concretização dos fins que a Guerra de Secessão Americana apresentou como resultado histórico, sejam desconsiderados para que seja possível a manutenção de uma coerência explicativa do evento a partir da aplicação do modelo teórico.

Pode parecer estranho ter de desconsiderar eventos ou características que às vezes podem ser tão impactantes para a compreensão subjetiva de fenômenos da política internacional, mas cabe às teorias selecionar variáveis e determinar causalidades que consumam os fatos que explicam o comportamento da política internacional. No mundo real, todos eventos estão relacionados entre si, e domínios de análise são inseparáveis. O papel das teorias é distinguir domínios de análise e estabelecer uma hierarquia de importância entre os fatos, para que esses domínios, como o domínio da política internacional, possam ser analisados intelectualmente (Waltz 1988). Assim, a não atribuição central ao papel de personalidades, ideologias dos Estados ou interação entre os atores não os torna irrelevantes para a história internacional da Guerra de Secessão Americana, apenas indica que estes têm pouco impacto explicativo à hipótese elaborada a partir de uma perspectiva teórica do Realismo Ofensivo. As teorias neorrealistas deixam esses papéis (ideológicos e personalistas) de lado não por não serem importantes, mas sim para garantir que seja possível entender como o sistema influencia o comportamento da unidade que compõe esse sistema (Waltz, 1979), e não como as características da unidade influenciam a formulação de sua política externa.

Desta forma, entende-se que este trabalho, ao analisar a Guerra de Secessão Americana em sua dinâmica externa à luz do realismo ofensivo, não busca necessariamente estender o conhecimento histórico que foi acumulado sob o evento e período em questão. Ele visa operacionalizar uma Teoria de Relações Internacionais. Busca, ao fazer tal aplicação teórica, compreender como o sistema internacional foi capaz de constranger a política de uma grande potência no período em questão, agregando conhecimento em matéria de como o sistema constrangeu suas unidades a agir conforme a predição teórica no período em destaque.

## 2.1 NEUTRALIDADE

Para fins de melhor compreensão da posição adotada pela Grã-Bretanha, este trabalho aborda neutralidade a partir do entendimento de que o Estado neutro não toma parte ao lado de nenhum dos beligerantes, direta ou indiretamente. Desta forma, consideram-se atos que violem a neutralidade movimentos como: concessão de território para estabelecimento de tropas, fornecimento deliberado de armamentos, expresso apoio a um beligerante. (Evans, 1998). Assim sendo, nota-se que o comércio entre as nações beligerantes e neutras é uma realidade recorrente, isso ocorre devido ao fato de que muitas vezes, a própria declaração unilateral de neutralidade serve como uma forma de o Estado neutro manter relações comerciais e obter liberdade de passagem sob águas internacionais sob o pretexto da livre troca de mercadorias. No caso da Grã-Bretanha, a declaração de neutralidade foi unilateralmente adotada em 1861, pela Rainha Vitória, reconhecendo a beligerância entre União e Confederados e garantindo uma “estrita e imparcial neutralidade” (Reino Unido, 1861).

## 2.2 REALISMO OFENSIVO

A compreensão do Realismo Ofensivo e a exposição de algumas afirmações deste sobre o funcionamento do sistema internacional são cruciais para o desenvolvimento deste trabalho. Em especial, as seguintes suposições são exaltadas:

- 1) Estados são os principais atores do sistema e operam sobre um sistema anárquico [anarquia aqui simbolizada pela ausência de poder central, e não pela percepção de um sistema caótico];
- 2) Estados não têm certeza quanto às ações de outros Estados;
- 3) Estados são atores racionais que buscam maximizar suas chances de sobrevivência. (Mearsheimer, 2001, p.362-363).

A partir destes pressupostos podemos compreender um pouco melhor o funcionamento do Sistema Internacional no qual as potências mundiais operam no domínio político, caracterizado por uma forte competição securitária (Gilpin 1981; Waltz 1979; Mearsheimer 2001). Elas se encontram em um mundo em que devem garantir sua própria segurança, não há uma autoridade que imponha sua vontade

perante o resto da sistema internacional, com Estados vivendo em um mundo anárquico, que simboliza essencialmente, “um princípio ordenador, em um sistema formado por Estados independentes em que não há nenhuma autoridade soberana acima deles” (Mearsheimer, p30, 2001). O estado de natureza do Sistema internacional é caracterizado por um mundo de autoajuda. A ausência de um poder central indica que a segurança de um país deve ser em grande parte garantida pela sua própria capacidade de sobreviver e manter sua autonomia. Nas relações internacionais os Estados são soberanos, estabelecem regimes de convivência que facilitam as suas trocas e minimizam conflitos, mas no fim, cada Estado é a autoridade máxima de seu território, vivendo em um mundo essencialmente competitivo, com uma realidade similar ao Estado de natureza do homem descrito por Thomas Hobbes (2009).

Trazendo este modelo teórico para a análise da Guerra de Secessão Americana, podemos identificar que ao mesmo tempo em que este conflito continha um caráter expressivamente doméstico, a dinâmica internacional da disputa entre União e Confederação pode ser utilizada para a aplicação do Realismo Ofensivo. Isto é possível por que o contexto da Guerra de Secessão pode nos mostrar como as dinâmicas e entraves do sistema internacional constrangeram os atores a modificar a formulação de suas próprias políticas externas, indo contra vontades individuais de dirigentes ou princípios morais que justificassem qualquer ação adversa à política que foi de fato implementada. De tal forma, ao analisar a Guerra da Secessão por meio de uma lente teórica neorrealista de relações internacionais, é revelado um princípio explicativo basilar deste trabalho: a concepção de que a neutralidade britânica não advém de uma vontade proclamada deste Estado, mas é sim, fruto de constrangimentos sistêmicos, que para a teoria neorrealista, possuem uma influência maior na conduta internacional dos Estados do sistema internacional do que a vontade de dirigentes ou ideologia política.

A grande diferença entre o Realismo de Waltz e Mearsheimer que merece ser exaltada para este trabalho jaz sob uma premissa comportamental que o segundo atribui ao funcionamento das unidades, a busca efetiva por uma hegemonia regional (Mearsheimer 2001 p.141). Desta forma, Estados buscam tornar-se os Estados mais poderosos de sua configuração regional. Porém, ao mesmo tempo, como vivem entranhados em uma eterna competição securitária, buscam evitar que outras potências regionais surjam em outras regiões do globo. Olhando para o passado,



com o inescapável aprendizado do presente, percebemos que o governo britânico durante grande parte do Século XIX esteve sob a chefia de Lord Palmerston, um governante com práticas consideradas realistas (Layne, 1997). Seria condizente com a proposta teórica e com o pensamento realista que a Política Externa Vitoriana de Palmerston envolvesse um apoio aos Estados Confederados da América, dado que a divisão dos Estados Unidos da América em dois países traria implicações securitárias imensas para a União, e impossibilitaria a construção dos EUA como hegemonia regional (Mearsheimer, 2001, p.245) Sendo este o caso, por que a Grã-Bretanha, chefiada por um governo alinhado às práticas realistas, tendo a oportunidade de impedir a consolidação dos EUA na América do Norte optou por uma submissa neutralidade?

A resposta está nos constrangimentos sofridos pela Grã-Bretanha. Este trabalho argumenta que a intervenção na Guerra Civil Americana teria sido uma política oportuna e adequada para o governo britânico, mas o grande impedimento para a consolidação desse apoio, que levou o Estado a adotar a neutralidade, foi o fato de a Grã-Bretanha jamais ter adquirido o status de hegemonia regional, um ponto crucial da teoria do realismo ofensivo das Relações Internacionais, ficando assim, limitada politicamente por conta da sua balança regional de poder. Assim sendo, as preocupações securitárias advindas de sua esfera regional drenaram esforços e possibilidades de empregos militares complexos e distantes. Tais preocupações regionais envolveram um presente medo de uma invasão francesa (Brown, 2007) e a própria ascensão de novos Estados nacionais.

Quando este trabalho afirma que a balança de poder regional europeia trouxe constrangimentos importantes para a ação do governo britânico, logo pode-se assumir uma importante premissa: a polaridade do século XIX era multipolar. Isto é imperativo devido às implicações que o pressuposto contrário traria para o sistema internacional, caso a Grã-Bretanha fosse a hegemonia de um sistema unipolar, esperasse que sua projeção de poder lhe desse tamanha supremacia nos campos econômicos e militar que os efeitos da balança de poder europeia seriam minimizados devido a securitização do contexto regional britânico.

No realismo, o fator variável da estrutura do Sistema Internacional é a distribuição de capacidades entre os atores deste sistema (Waltz 1979). Assim sendo, as razões que elucidaram o motivo por trás do posicionamento neutro da Grã-Bretanha na Guerra de Secessão Americana serão encontradas ao analisarmos

em qual ambiente o país estava inserido. No invariável mundo onde predomina a anarquia internacional, onde Estados são os atores principais, e, onde, variavelmente, a distribuição de capacidades altera a arquitetura do sistema e indica as possibilidades de conflito (Mearsheimer 2001 p.337; Waltz 1979, p 129), é imperativo que para que sejam conhecidos os efeitos que o sistema implicou a política britânica, conheçamos como a estrutura estava alocada, e qual era a distribuição de capacidades resultante da polaridade do Sistema Internacional, que constrangeu a política externa vitoriana.

### 2.3 POLARIDADE EM 1860

Como visto na seção anterior, as potências que habitam o mundo anárquico, agem conforme o constrangimento da estrutura sistêmica (Waltz 1979). A forma a qual compreendemos a distribuição de poder no sistema se dá por meio da distribuição de capacidades entre as potências e a partir da superposição obtida da análise de quantas grandes potências temos no sistema. Mas por que saber da polaridade do período? Quando se analisa um evento a partir da teoria neorrealista de relações internacionais, se torna explícita a ideia de que a configuração do Sistema Internacional trará inputs sistêmicos que determinam o comportamento de uma unidade deste. De tal forma, é por meio da polaridade que encontraremos a dinâmica securitária do período em destaque.

Definir a capacidade de um ente estatal não é uma tarefa simples. Isso ocorre pela dificuldade em selecionar indicadores úteis que representem um poder agregado satisfatório para o período que se pretende analisar. Explico, as plataformas de projeção de poder no século XIX não são as mesmas da atualidade. Barry Posen (2003) demonstrou a importância do comando dos comuns para a projeção de poder estatal (a exemplo do domínio marítimo) para a obtenção de hegemonia, e vemos que conforme o avançar do tempo, novos domínios comuns onde as potências necessitam demonstrar força e presença são descobertos. A exemplo, Cepik e Simionato (2017) argumentam que para mensurarmos as capacidades e intitularmos grandes potências nos parâmetros atuais, é necessário que o Estado detenha, dentre outras valências, a capacidade nuclear de segundo ataque, e o domínio do espaço. Notavelmente, tais fatores são úteis para a

compreensão das capacidades de potências do século XXI, mas atribuir capacidade nuclear e projeção espacial às potências do século XIX, em uma época em que sequer o domínio do ar tivera sido adentrado seria um erro que desconfiguraria uma compreensão correta da realidade em sua época. Por isso, é necessário selecionar fatores realistas e concebíveis para o tempo em destaque, que se adequam à medição de capacidades à realidade histórica a qual pretendemos analisar.

Os indicadores mais apropriados para a análise de distribuição de capacidades do século XIX são medidas de mensuração de poder militar e poder latente. O poder militar pode ser traduzido na contagem de número de pessoal das forças do exército e marinhas, assim como na quantidade de embarcações navais mantidas pelas grandes potências. O poder latente concerne a capacidade econômica, com medidores de produção de aço e ferro e parte da produção industrial e como melhores representantes da projeção da riqueza das nações do século XIX.

**Tabela 1 - Poder Latente das potências mundiais em 1860**

País	CE	PAF	PRPM	PNB
Alemanha	15040	490	4.9%	12771
Áustria	2405	313	4.2%	9996
EUA	18282	835	7.2%	
França	14260	898	7.9%	13326
Grã-Bretanha	80738	3888	19.9%	16072
Rússia	300	336	7.0%	14400

Fonte: elaborado a partir de Singer (1990), Bairoch (1982) e Bairoch (1976).<sup>1</sup>

<sup>1</sup> **CE= Consumo Energético** (em milhares de toneladas de carvão). **PAF= Produção de Aço e Ferro** (em milhares de toneladas). **PRMP= Parte Relativa da Produção Manufaturada**. **PNB= Produto Nacional Bruto** (em dólares americanos). Dados para CE, e PAF de SINGER, J. David, SMALL, Melvin. NATIONAL MATERIAL CAPABILITIES DATA, 1816-1985 [Computer file]. Ann Arbor, MI: J. David Singer, University of Michigan, and Detroit, MI: Melvin Small, Wayne State University [producers], 1990. Ann Arbor, MI: Inter-university Consortium for Political and Social Research [distributor], 1993. Dados para PRMP de BAIROCH, Paul. International Industrialization Levels from 1750-1980. Journal of European Economic History 11, 2. 1982. Dados para o PNB de BAIROCH, Paul. Europe's Gross National Product. Journal of European Economic History 11, 2. 1976 p.273-340.

O poder latente tem sua utilidade em poder nos indicar o grau de avanço em que se encontravam os Estados europeus no século XIX. Pode nos mostrar que ao mesmo tempo que tivéssemos um equilíbrio regional de poder militar, a balança tecnológica e industrial pendia claramente em favor da Grã-Bretanha. Por uma simples observação da figura 1, é possível inferirmos que os ingleses foram dotados de grande superioridade econômica e produtiva em relação às demais potências europeias. O consumo energético do país inglês em 1860 superava o consumo de todas as outras potências somadas, a produção de aço e ferro também indicava a mesma relação de primazia produtiva inglesa. Ter sido o berço da primeira revolução técnico produtiva industrial trouxe benefícios centenários para a imposição dos interesses políticos ingleses no Sistema Internacional.

Então, se a Grã-Bretanha era uma potência econômica tão preponderante no século XIX, então por que não há consenso quanto a polaridade do período? Certos autores defendem que a Pax Britânica representou um período de primazia e unipolaridade inglesa (Hobsbawn 2012; Gilpin 1981). Mearsheimer, autor da teoria basilar deste trabalho, defende que o período em questão é representado por uma multipolaridade balanceada (2001 p.348). Esta posição decorre de um importante fator. É nítido que o grande vencedor do Século XIX em questões econômicas fora a Grã-Bretanha, porém não há relação equivalente entre os indicadores de riqueza ingleses a preponderância militar do país. Embora fosse o país mais rico e industrializado do sistema internacional, a Grã-Bretanha não conseguiu transformar seu potencial econômico em potencial militar (Kennedy 1988 p.153). Tal afirmação é corroborada pela observação da quantidade de homens nas forças armadas. A Rússia, com o maior exército do mundo à época tinha mais de o dobro da quantidade de pessoal militar do que a Grã-Bretanha (862.000 russos ante 347.000 britânicos), e mesmo com uma grande quantidade de investimento em sua Royal Navy o gasto militar britânico ainda estava em paridade com o potencial de gasto de potências como a França.

**Tabela 2 - Força Militar das Potências Mundiais em 1860**

País	Número de Forças		
	em 1860	Gasto Militar	População
Alemanha	201	4579	18265
Áustria	306	10621	34690
EUA	28	7060	31513
França	608	25746	36510
Grã-Bretanha	347	25007	28778
Rússia	862	18716	74100

Fonte: Singer; Small,1990.

Mearsheimer aponta a insularidade britânica como fator que afetou a tradução de seu poderio econômico em poderio militar. Desta forma, o poder parador da água impediu a projeção militar continental inglesa, o que garantiu à Grã-Bretanha um papel de *offshore balancer* com a polaridade regional europeia (2001, p.237). De tal forma, podemos afirmar que ao mesmo tempo em que sua insularidade foi responsável pela inexpugnabilidade territorial, devido ao poder parador da água, este também impediu uma consolidação britânica na Europa continental. Mesmo com a preponderância econômica da maior potência do século XIX, havia um sóbrio equilíbrio entre as potências no âmbito militar, de tal forma que a ampla capacidade militar de França e Rússia, já na década de 60, trariam preocupações securitárias tremendas para o Reino Unido.

Conclui-se este capítulo garantindo que de forma alguma seja feito o equívoco de remover a Grã-Bretanha da posição de principal potência do SI no Século XIX. Ele apenas ressalva que é necessário reconhecer que a supremacia naval e econômica inglesa não representou uma unipolaridade sistêmica, nem lhe deu a liberdade de ação para a livre medição de forças com qualquer outra potência do SI. Foi pelo fato de ter seu principal entorno securitário rodeado por grandes potências rivais que a Grã-Bretanha teve pouca margem de manobra perante outras abordagens para a guerra fratricida de sua ex-colônia. Caso houvesse adquirido o status de hegemonia regional em sua região originária, poucas razões teriam os

ingleses para não intervir na guerra americana, já que a intervenção além de garantir um objetivo futuro de prevenir ascensão de uma nova grande potência, também poderia satisfazer interesses comerciais quanto ao fornecimento bélico à uma rebelião e ao mantimento de uma já existente rota de comércio de algodão. Porém, mesmo com todas as vantagens possíveis advindas desse futuro contrafactual, no fim, assim como em quase todos os outros momentos da história moderna, a política externa de um Estado acabou por sofrer constrangimentos significativos da balança de poder mundial.

### **3. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: A CONSTRUÇÃO DE UMA HEGEMONIA REGIONAL.**

O grande propósito deste capítulo é demonstrar que havia um projeto de construção hegemônica dos Estados Unidos da América ao longo de sua política externa no século XIX, e a partir de sua comprovação, apresentar a Guerra de Secessão como obstáculo final da tarefa americana pela hegemonia regional. A identificação de uma motivação política dos Estados Unidos em expandir seu território e atingir um status de potência no mundo da política internacional se faz importante devido a uma proposição imposta neste trabalho de que uma intervenção britânica na Guerra de Secessão cumpriria um objetivo teórico que os atores do sistema internacional possuem de acordo com o realismo ofensivo, o objetivo de impedir a ascensão de hegemonias regionais (Mearsheimer, 2001). Portanto, é lógico compreender que, já que este trabalho pressupõe que uma intervenção britânica na Guerra de Secessão impediria a consolidação hegemônica estadunidense, se torna prudente demonstrar como os Estados Unidos da América planejaram e desenvolveram a sua expansão territorial e projeção de poder econômico e militar no decorrer do Século XIX. Para o decorrer do capítulo que segue, será feita uma identificação do trajeto do país lanque desde suas guerras emancipatórias até a guerra contra o México. Também, em uma seção específica, trará a discussão sobre a esquecida Guerra de 1812, entre Grã-Bretanha e Estados Unidos América. Será discutida as motivações políticas dessa guerra e também, será traçado um paralelo de forças entre os dois países durante este conflito, para que possamos estabelecer uma comparação entre os anos de 1812 e 1860, que nos permitirá identificar o tamanho da alteração das capacidades militares de ambos países nos dois períodos em questão.

#### **3.1 DESBRAVANDO O OESTE: EXPANSÃO, POLÍTICA, E IMIGRAÇÃO**

O projeto de expansão americana é um processo amplamente discutido na história mundial, e a abordagem idealista e expansionista dos estadunidenses para com o mundo é um traço característico cujo embrião pode ser localizado desde a concepção original do país com a declaração de independência de 1776 (Kagan

2006). A dinâmica da história americana no século XIX segue uma linha coerente de construção de uma nova potência europeia, com o porém de estar no outro lado do Atlântico. Os Estados Unidos da América é uma nação que já nasceu inserida em um contexto internacional complexo, sendo desde seu princípio, uma parte integral do Império Britânico e do comércio transatlântico (Herring, 2008, p.12). Kagan (2006) afirma que o expansionismo e a exportação de seus ideais são uma grande parte do personagem americano. Essa percepção é endossada pela política expansionista implantada continuamente durante a frenética expansão territorial americana do Século XIX, que envolveu embates sangüinários contra os povos originários da região, contra os conquistadores espanhóis e até por meio de negociações para a aquisição de terras adquiridas de outras velhas potências europeias. A espada e o dinheiro são fiéis símbolos do expansionismo norte-americano. Não é surpreendente portanto, assimilarmos doutrinas como o Destino Manifesto com o desejo permanente da nação do novo mundo em aspirar uma importante posição na mesa da política mundial através de sua consolidação hegemônica no continente americano, buscar através do dinheiro e do poder, o destino que para eles sempre esteve reservado no jogo das potências mundiais.

O início da expansão americana para o Oeste do continente pode ser marcado pela aquisição do território de Louisiana. A compra do território francês realizada pelo presidente Thomas Jefferson em 1803 garantiu que uma importante potência europeia perdesse presença no novo mundo. Astutamente, as terras a oeste do Mississipi foram compradas pelos americanos em um período crítico economicamente e securitariamente para os franceses. Estando próximos de travar as sangrentas guerras napoleônicas em solo europeu, a defesa ao território francês no continente americano representaria um grande desvio de foco e recursos que poderiam pôr em xeque os planos hegemônicos de Napoleão na Europa continental. A iminente venda do território da Louisiana, portanto, garantiria importante sustentação econômica para o financiamento das guerras do Império Francês (Mearsheimer 2001, p.242). De tal forma, o Presidente Thomas Jefferson costurou o melhor acordo possível para os Estados Unidos da América, aproveitou-se da fragilidade securitária que uma possível agressão norte-americana ao território representaria para o governo francês, e garantiu assim, por meio da diplomacia e da prata, uma expansão territorial sem custos de vidas para si próprios, e para a monarquia europeia.



Para os franceses, a manutenção de Louisiana seria um empreendimento oneroso. O território já sofrera uma enorme imigração de colonos americanos de um movimento migratório iniciado em 1769 (Roosevelt, 1903. p.102). A residência de americanos no território que seria posteriormente adquirido já era, portanto, uma realidade da região. É notável, portanto, que embora muito crédito tenha sido dado à diplomacia empenhada para a elaboração do tratado de compra feita por Livingston e Monroe, o processo de habitação dos colonos ao longo do Rio Mississippi provavelmente garantiria a soberania americana no meio oeste continental de qualquer forma. (Roosevelt. 1903). Percebemos, portanto, uma nova dinâmica do processo de expansão americana, a expansão liderada pela imigração e deslocamento social, um processo categoricamente inevitável. Não obstante, o movimento ao Oeste é simbolizado por um esforço social que certamente, fora embasado e reforçado politicamente. Assim sendo, o esforço político de dominar o território interno e esticar as colônias ao longo do continente, fazendo com o que o país encontrasse dois oceanos, foi um objetivo que esteve sustentado por um impulso econômico e social de busca por terras e riquezas da nação americana.

A situação política deixada pela compra de Louisiana é uma pequena introdução às tensões que seguiram ao longo do século XIX no continente americano. Isto porque o território de Louisiana pertencia anteriormente ao Império Espanhol, pouco tempo antes da venda deste por parte dos franceses. A venda para a potência europeia poderia servir a um interesse espanhol de impedir que as terras do meio oeste caíssem em posse americana, já que embates entre americanos espanhóis no meio oeste já eram frequentes, e a fraqueza do declinante Império Espanhol dificultava a manutenção do imenso território do meio oeste americano. O receio de uma ascensão dos EUA se apresenta, portanto, como um fator presente na política mundial desde cedo. Os EUA nasceram de costas para um vasto continente inexplorado, e diferente das ex-colônias de outras potências europeias, surgiu do desmembramento de uma potência ascendente. As incríveis possibilidades de ascensão que estavam reservadas à nação já eram percebidas pelos próprios dirigentes políticos da época e até percebida por pensadores do período. Em 1835, Tocqueville (2012) já profetizaria a aspiração americana à grande potência mundial, em passagem da célebre obra “Democracia na América” que seria posteriormente usada por muitos como uma predição oitocentista da Guerra Fria entre Estados Unidos da América e União Soviética.

Existem dúvidas quanto a intencionalidade da expansão americana, Cumings (2009) trata o expansionismo americano como resultante de políticas aceleradas pelo acaso, desmerecendo, de certa forma, a consciência das relações exteriores e projeção americana. Enfatiza por outro lado, a ambição social pela expansão, onde a desbravamento do *frontier* foi empurrado para frente pelo egoísmo e busca por riquezas de uma população nascida e engajada na lógica de um país capitalista. As razões não são excludentes, não é preciso atribuir uma variável interveniente. Ambos têm importante peso na consolidação dos Estados Unidos da América enquanto potência, a mobilidade da população em torno do deslocamento interno em busca de terras e enriquecimento não podem diminuir o esforço político de expansão. Theodore Roosevelt (1903), presidente dos EUA entre 1901 e 1909, foi arauto do expansionismo americano e descrevia, sem ressalvas, que os acordos e aquisição de territórios eram garantidos por meio da imposição militar, e evidentemente, a disponibilidade de um governo para pôr suas forças em prática contra outro Estado soberano incumbe tremenda responsabilidade internacional e doméstica. Segundo ele, os EUA não engajaram, portanto, em eventos como a Guerra contra o México, a Guerra de 1812, a compra de Louisiana, a compra do Alaska de Seward e tantos outros eventos por pura conveniência ocasional. Quando o esforço da guerra ou da diplomacia é realizado, a voluntariedade da política do movimento não pode ser desmerecida, e embora seja possível argumentar que fora um processo expansionista realizado concomitante com uma explosão do êxodo da costa leste e imigração massiva (permitida pelo governo central por sinal), não é prudente reduzir a relevância das guerras empenhadas e aquisições realizadas como símbolo de um esforço consciente dos ianques de construir uma potência no novo mundo.

### 3.2 NOVAS TERRAS, ESCRAVIDÃO E O PANO DE FUNDO DA GUERRA CIVIL.

Torna-se oportuno, portanto, reconhecer que houve um empenho político dos dirigentes em realizar uma expansão territorial ao longo do continente. Os Estados Unidos da América continuaram seu processo expansionista até pouco antes da Guerra Civil. Em 1845, após a rebelião da antiga província mexicana do Texas, os Estados Unidos aprovaram o pedido de anexação territorial da nova região bordada

pelo Rio Grande, e em sequência, travaram a Guerra contra o México, onde adquiriram o território que abre o corredor das Montanhas Rochosas até a costa do oceano pacífico e reforça a configuração territorial que o país mantém até os dias de hoje. Curiosamente, o Estado do Texas, que se declarou independente do México em 1836, passou anos tentando formalizar sua incorporação aos Estados Unidos da América. Enquanto garantia a soberania do seu território, o governo texano até chegou a procurar assistência britânica, para prevenir investidas de reincorporação territorial do governo mexicano de António López de Santa Anna. Ao mesmo tempo em que garantia soberania, o movimento tinha o objetivo de pressionar o governo americano a tomar posição (Bourne p.75,1967). A anexação do Texas foi mais um ponto de tensão das políticas externa americana e britânica, já que houve grandes esforços de representantes locais do governo britânico de evitar a penetração de colonos americanos na área (Bourne, p76, 1967). No entanto, assim como várias outras vezes na história de potências. o envolvimento britânico em outros eventos como a primeira Guerra Afegã (1839-42) e a Guerra do Ópio (1839-42), fizeram com que o primeiro ministro Lord Palmerston ficasse relutante em desperdiçar recursos para a contenção dos Estados Unidos da América e proteção do recém independente Estado Texano (Bourne, p.78, 1967).

O esforço expansionista americano ainda foi agraciado pela descoberta do ouro nas minas da Califórnia em 1848, que impulsionou a imigração de estrangeiros e nacionais, e favoreceu a criação de povoados no outro lado do continente americano (Martin, 2006). Percebe-se, portanto, que o movimento expansionista ocorreu por expressão política convincente, ao apoiar a anexação do Texas, e decretar Guerra contra o México, que tomou o lugar de uma expressão singela da vontade política da nação, uma expansão da política por outros meios (Clausewitz, 2009), comprovando que ao mesmo tempo em que a expansão fora impulsionada por uma explosão migratória, fora também embasada politicamente, pela compra de territórios, ou pelo esforço político da guerra interestatal.

Curiosamente, ao mesmo tempo em que o país ganhava incrementos territoriais significativos que contribuía para o fortalecimento e projeção internacional da nação, os novos territórios adquiridos forçadamente das mãos mexicanas criavam controvérsias políticas domésticas. A medida em que a criação de novos Estados era necessária, a questão da legalidade da escravidão nos recém-adicionados territórios incendiava o jogo político interno da nação. Em grande

parte do século XIX, a escravidão era a força motriz por trás do expansionismo americano (Herring, 2008 p.176), quando novos estados precisavam ser admitidos e organizados, a balança entre estados livres e escravistas ameaça despender em favor de uma quantidade maior de unidades federativas onde a escravatura fosse algo legal. O medo de abolicionistas de que novos Estados se tornassem escravistas e alterassem a balança entre estados do Norte e do Sul fez com que o país atingisse pontos de tensão nunca antes vistos na política americana.

Desta forma, curiosamente, a Guerra de Secessão Americana é uma consequência direta do próprio expansionismo americano. Um claro exemplo da tensão acerca da legalidade da escravidão nos territórios recém-admitidos é o evento chamado de “Kansas Sangrento”. Em 1854, fora aprovada a Lei Kansas-Nebraska, que determinou que a legalidade da escravidão no Kansas seria determinada pela soberania popular. A lei contradizia o antigo Compromisso do Missouri, que proibia o avanço da escravidão para além do paralelo 36° 30 (EUA, 1820). A reorganização territorial, somada à nova lei causou uma onda de deslocamento de moradores de Estados vizinhos, que buscavam clamar uma falsa residência no novo Estado do Kansas, e garantir com o peso de seus votos, que a situação legal da escravidão os favorecesse. O Kansas acabou sendo palco de uma quase guerra civil localizada, onde forças pró-escravidão se chocaram com forças abolicionistas que buscavam mudar o destino jurídico do novo Estado. O Kansas Sangrento é o palco de formação do mito do famoso John Brown, condenado à morte por traição e grande mártir da luta abolicionista americana (Eisenberg, 1982). Percebe-se, portanto, que o processo de expansão americano é um próprio catalisador da Guerra Civil que assolou o país. A expansão nacional adentro do continente requiriria uma incorporação dos territórios como novos Estados, os sulistas necessitavam de terras para o alargamento de sua economia agrícola, e para que garantissem a manutenção de sua estrutura de produção, precisavam da escravidão legalizada nos novos territórios. A expansão ao mesmo tempo essencial para a ascensão americana, foi o catalisador de suas contradições internas, e acelerou o inevitável conflito existente dentro do país, entre uma idealizada república industrial e uma economia agroexportadora.

### 3.3 A GUERRA DE 1812

Postas as evidências do projeto americano e de sua expansão continental, um evento extremamente controverso da história americana é a Guerra de 1812. Não há grande consenso entre especialistas sobre as causas primárias e secundárias do conflito, e sobre quais eram os verdadeiros objetivos políticos que o país buscava atingir. O debate bibliográfico assume duas posições importantes, a primeira, de que a guerra era um esforço político de expansão americana para anexação do Canadá, e a segunda, reduzindo a importância do expansionismo, e enfatizando a guerra como esforço contra as violações do direito do mar por parte dos ingleses. Esta seção serve para elucidar mais um debate acerca do expansionismo americano, e também, estabelecer um paralelo de forças entre Grã-Bretanha e Estados Unidos da América. Tal paralelo é importante e oportuno para o trabalho, já que este tratará em seu último capítulo sobre um possível enfrentamento entre os dois países, caso a Grã-Bretanha não houvesse optado pela política de neutralidade. O conflito de 1812 pode, portanto, nos ajudar a enxergar o quanto a capacidade militar de Estados Unidos e Grã-Bretanha se alterou ao longo do Século XIX, e também verificar mudanças significativas na balança de poder mundial.

#### 3.3.1 1812: Expansionismo americano?

Existem diferentes interpretações sobre as motivações para a Guerra de 1812. Horsman se credita como um dos maiores autores sobre a temática em questão, enfatiza o descontentamento americano acerca da interpretação britânica sobre o Direito do Mar como ponto principal da disputa, e realoca o motivo de conquista do Canadá e expansão territorial americana como uma causa secundária (Horsman, 1967; Pratt, 1956), enquanto outros autores enfatizam que havia uma crença de que o Canadá seria anexado pelos Estados Unidos desde sua guerra de independência (Heidler, 2002). Mesmo presumindo que uma anexação do Canadá não fosse um objetivo preestabelecido da guerra, não se torna errôneo assimilar que

uma possível conquista do território do Canadá compensaria esforços de expansão americano ao mesmo tempo em que removeria outra potência, o mais forte país do mundo à época, do continente. Mearsheimer defende que a tomada do Canadá foi um objetivo expansionista que jamais fora alcançado (2001, p.244). Embora empenhados em uma formidável guerra terrestre nas regiões do Maine e dos Grandes Lagos, pouco há para argumentar que a guerra tivera uma motivação expansionista como objetivo principal. O motivo para tal cautela está na dificuldade em conectar o *causus belli* com o fim consumado do conflito. Assim sendo, como o conflito não teve fim que representasse significativa alteração no território americano e como os motivos declarados da guerra não continham nenhuma preocupação com a presença britânica no Canadá, torna-se difícil conectar o expansionismo às motivações é uma tarefa difícil. Em sua mensagem de guerra ao congresso americano, o Presidente Maddison cita claramente as insatisfações de seus conterrâneos com a política de apreensão e inspeção de navios neutros da Grã-Bretanha, queixando-se da conduta britânica, Madison se manifesta:<sup>2</sup>

Os cruzadores britânicos estiveram, também, violando os direitos de paz das nossas costas. Eles pairam e perturbam nosso comércio que regressa e departe. Às pretensões mais insultuosas acrescentaram-se os procedimentos mais ilegais nos nossos próprios portos e derramaram desenfreadamente Sangue Americano dentro do santuário da nossa jurisdição territorial.(EUA,1812).

Além da motivação por trás da fala do Presidente, as próprias cartas do secretário de Estado, o futuro presidente Monroe, não demonstrava em nenhum momento que os dirigentes esperavam alguma anexação (Pratt. p.12). No entanto, mensagens e motivações dirigidas aos parlamentares podem ser vistas com suspeitas por analistas de relações internacionais ou historiadores, sabemos que as palavras dirigidas ao legislativo por parte do Presidente de uma nação não necessariamente implicam a verdadeira razão por trás da decisão política de ir à guerra. Às vezes, líderes ensaiam mentiras estratégicas que serão mais bem aceitas pelos parlamentares e pela sociedade para unir o país em torno de um objetivo político uno (Mearsheimer, 2011). Mas neste caso, as razões citadas pelo presidente

---

<sup>2</sup> Discurso original do Presidente James Madison:“British cruisers have been in the practice also of violating the rights and the peace of our coasts. They hover over and harass our entering and departing commerce. To the most insulting pretensions they have added the most lawless proceedings in our very harbors, and have wantonly spilt American blood within the sanctuary of our territorial jurisdiction.”

Madison são importantes, isso se dá por conta de que os objetivos políticos alcançados com o fim da guerra estão diretamente atrelados às causas enunciadas pelo presidente como motivação para a guerra. A Guerra de 1812 não consagrou objetivos políticos mais amplos do que o simples desfecho de trazer a Grã-Bretanha para a mesa de negociações. Assim sendo, conjurar uma intencionalidade de conquista territorial plena do Canadá se torna problemático, já que não há conexões plausíveis que interligam as causas da guerra com o desfecho insignificante que esta teve. Os Estados Unidos não entraram na guerra para conquistar o Canadá, sua aquisição era difícil, e vista no máximo como um ganho colateral (Horsman, p.24, 1987). Portanto, qualquer elucidação de expulsão dos britânicos do Canadá e tomada deste território por parte dos americanos se atrela a uma suposição controversa e irrealizável para este trabalho. No entanto, mesmo desconsiderando a motivação expansionista da Guerra de 1812 em específico, é importante ressaltar, que apesar da conquista do território não ser grande palco das discussões norte-americanas, as relações da fronteira entre Canadá e Estados Unidos da América era altamente securitizada, não houve tranquilidade na relação entre Grã-Bretanha e EUA nas relações hemisféricas do Século XIX, e o mito da fronteira desmilitarizada, parafraseando o artigo de C. P Stacey (1950) esteve sempre longe da verdade, com os dois países sempre cuidadosos quanto ao limite territorial entre os dois.

### **3.3.2 Grã-Bretanha e EUA: o paralelo de forças em 1812.**

Evidenciados os motivos declarados do conflito, a importância deste conflito para este trabalho está no estabelecimento de um paralelo de forças entre EUA e Grã-Bretanha, para que possamos identificar o quanto a balança de poder entre os dois países se modificou em 50 anos, desde o embate de 1812, até o projetado embate contrafactual caso a Grã-Bretanha não optasse por sua política de neutralidade em 1861.

A Guerra de 1812, muitas vezes cunhada de Segunda Guerra de Independência Americana, foi a segunda guerra travada no novo mundo entre forças americanas e inglesas. Nascida de controvérsias oriundas do seio das Guerras Napoleônicas, a guerra de 1812 nos permite elaborar uma análise importante sobre

a disponibilidade de forças de ambas as nações e a projeção de poder extracontinental inglesa. Dentro da política externa britânica para o continente, desde cedo, podemos traçar um receio britânico de expansão estadunidense. O apoio dos primeiros à formação de confederações indígenas que lutavam pelo estabelecimento de uma força política e pela manutenção de sua própria sobrevivência enquanto povo foi uma política desenhada para frear o expansionismo ianque.

A conduta britânica perante os Estados Unidos durante o século XIX indica, portanto, uma ligeira preocupação dos ingleses quanto ao deslocamento dos colonos americanos. No período que compreende a Guerra de Independência de 1783 e a Invasão Americana ao Canadá de 1812, a política britânica para o continente americano consistia em frear movimentos expansionistas estadunidenses a ponto de evitar um embate de interesses entre a monarquia e a república. Com a finalização da Guerra de Independência e assinatura do Tratado de Paris de 1783, fora acordado entre os países que o território que se estendia da costa leste até o Rio Mississippi ficaria sob a legislação da nova república. Embora acordada a concessão territorial, tensões diplomáticas e militares continuavam a pincelar o quadro de embates políticos entre a ex-colônia e o colonizador. Os antagonismos giravam em torno da política britânica para o mar, e animosidades na fronteira noroeste (Horsman,1967)

Os antagonismos marítimos envolviam imposições da Grã-Bretanha que, na visão dos americanos, violavam sua condição proclamada de neutralidade perante as Guerras Napoleônicas. A política de recrutamento de marinheiros ingleses adotada pela Grã-Bretanha era chamada de Doutrina da Lealdade Inalienável. Com base nela, a coroa tomava a liberdade para resgatar marinheiros britânicos que estivessem a serviço de navios comerciais americanos, uma vez que, a naturalização de um nacional não era reconhecida pelos ingleses(Horsman, p.21, 1967). Não obstante à negação de nova nacionalidade admitida pela Grã-Bretanha, o processo de naturalização americana era extremamente simples, e requeria residência no País por um curto período de 5 anos para que este pudesse se tornar cidadão (Roosevelt. p.32, 1900). A facilidade de obtenção de nacionalidade, junto com a proibição da renúncia da nacionalidade original criara um motivo para o recrutamento forçado de marinheiros servindo sob a bandeira americana (Horsman, p.21, 1967). Para contemplar a política de recrutamento forçado, a Grã-Bretanha



promulgava que seus navios de guerra detinham o direito de inspeção a navios neutros (Roosevelt. p.32,1900 ).

O segundo motivo tradicionalmente tratado como causa da Guerra de 1812 foi as controvérsias envolvendo o domínio americano na área dos Grandes Lagos, que circundam o atual estado de Michigan, onde o governo americano acusou os ingleses de fomentar e armarem populações indígenas à lutar por uma confederação política independente e resistir a expansão americana (Horsman, 1962).

Postas as causas do conflito, se torna importante fixar que a Guerra de 1812 têm sua importância em representar um cenário alternativo possível à política adotada pela Grã-Bretanha em 1861. O conflito demonstra um embate de forças precedente que possivelmente espelharia um embate entre Estados Unidos da América e Grã-Bretanha na década de 60.

De tal forma, a guerra continental estava travada, pouco progresso era realizado nas regiões dos grandes lagos e o plano terrestre apresentava um impasse, onde nenhum dos lados conseguia de forma concreta alguma conquista de território significativa. O símbolo da Guerra de 1812 se dá com a grande cena do incêndio da capital Washington. Com o enfraquecimento do Império Francês após o primeiro exílio de Napoleão, o Império Britânico dispôs de mais recursos e capacidade para enfrentar a ameaça securitária do outro lado do Atlântico. Estabelecida com uma força continental no continente europeu, a Grã-Bretanha já detinha 85 navios da Royal Navy em águas do continente americano (Naval History and Heritage Command, 2023). Ressalta-se que, importante fator de insulamento e proteção dos Estados Unidos da América de potências europeias foi a enorme distância marítima que afasta as Américas do continente europeu. Curiosamente, o poder parador da água não foi suficiente para frear os ímpetos ingleses de defender sua colônia. No caso desta guerra, a Royal Navy teve papel decisivo para o seu fim. Foi a partir de ataques anfíbios à costa leste que a Grã-Bretanha conseguiu tomar a capital norte-americana e ainda ensejar a batalha de Nova Orleans. Demonstrando que apesar das dificuldades da projeção de poder através de largos corpos da água, a supremacia inglesa conseguiu rapidamente desequilibrar a guerra e impulsionar as partes litigantes a procurarem um acordo de paz.

Por que foi possível tal empreendimento militar? Primeiramente, diferente de qualquer possível enfrentamento decorrente de uma não-neutralidade durante a Guerra de Secessão, a Guerra de 1812 foi uma invasão estadunidense ao território

britânico, a monarquia já se inseriu no conflito como parte litigante desde o princípio, e defender agressões às posses coloniais é um compromisso ao qual as metrópoles se sujeitam. Não menos importante, o redirecionamento da marinha para as águas do Rio Delaware foi possível devido à derrocada de Napoleão no continente Europeu, especificamente, após a custosa derrota na Batalha de Leipzig e posterior exílio do imperador para a Ilha de Elba. Com o fim da ameaça napoleônica e o fracasso da busca por hegemonia francesa na Europa, a balança de poder regional europeia esteve sob um marasmo de previsibilidade significativo, isto pode ser visto em evidência já que a partir do fim das Guerras Napoleônicas e a realização do Concerto Europeu, a Europa encontrará um dos maiores períodos de paz de sua turbulenta história, sem guerras entre as principais potências regionais até a eclosão da Guerra da Crimeia em 1853.

Nota-se, portanto, uma distinção importante entre os períodos de 1810 e 1860, enquanto o primeiro representa o início da Pax Britânica, do reconcerto de uma paz europeia construída por mãos inglesas, o período de 1860 representa uma incerteza tremenda para os dirigentes britânicos. Isso se torna mais evidente quando se percebe que a sequência e o desenrolar do final do século XIX demonstra que a balança de poder multipolar estável e pendente para a Grã-Bretanha se deteriora para uma balança de poder mais equilibrada, em que os ingleses vão perdendo gradativamente sua potência industrial para a Alemanha recém-unificada e para os Estados Unidos da América, restaurados de um quase esfacelamento interno e consolidado hegemonicamente no continente europeu.

Nota-se também, que além da contrastante realidade temporal das duas Guerras (Secessão e de 1812), o caráter motivador para ambos também seria distinto. Seward, o secretário de Estado em 1861, propôs uma agressão à inglesa como forma de trazer coesão nacional contra um agressor comum, neste caso, a Grã-Bretanha (Bourne, 1970). No entanto, a ideia foi rejeitada pelo Presidente Lincoln, e fora criado um consenso de que a não-intervenção britânica era o desejável. Assim, na Guerra de Secessão, a motivação para uma intervenção britânica partiria puramente de um plano de balanceamento regional, diferente de 1812, onde o país já iniciou o conflito como beligerante, e embora tivesse fomentado a luta de povos indígenas contra os colonos, respondia meramente a uma agressão a seu território colonial, e dispondo de recursos que deixariam de ser utilizados na Europa, para realizar a guerra no atlântico oeste.

Indistintamente, cumpre mencionar que o próprio enfrentamento de forças em 1812 era muito favorável aos ingleses. Mesmo tendo um grande corpo da água impedindo o suprimento das tropas inglesas nas colônias canadenses em 1812, não havia nenhuma marinha ligeiramente similar à britânica no período em questão. A Royal Navy possui 183 cruzadores ingleses (Historic UK), um contraste gritante com as 8 fragatas e 14 barcos de menor porte que possuíam os americanos.

Não obstante a toda superioridade marítima e equilíbrio de forças terrestres entre o Canadá e os Estados Unidos, a balança de poder europeia entrava em um estágio muito mais tranquilo do que o período áureo das conquistas napoleônicas. O ambiente internacional da qual a Grã-Bretanha emerge em 1815 foi sem precedentes na história do país, com uma projeção internacional já estabelecida, com a Europa redesenhada e apaziguada, e com a maior marinha do mundo em suas mãos, nem mesmo o poder parador da água conseguiu ser decisivo para que os americanos pudessem ter sucesso na sua invasão ao Canadá de 1812. O ambiente internacional do início do século XIX, fora o mais favorável possível para a Grã-Bretanha.

Finalizando este capítulo, percebemos que a existência de tensões entre Grã-Bretanha e Estados Unidos da América foi um cenário bastante comum ao longo do século XIX. Enquanto os americanos punham em prática seu projeto expansionista e seus objetivos políticos e comerciais, o contraste de interesse com o Reino Unido foi claro, sendo este manifestado no fomento inglês às tribos indígenas, até a uma guerra declarada entre ambas as partes. Percebemos, portanto, que enquanto os Estados Unidos da América buscavam sua consolidação hegemônica, parte importante da política externa britânica envolvia impedir que a expansão se consolidasse. E já que essa expansão era motivo de temor dos dirigentes britânicos, a aceção de que a expansão americana não era vista com bons olhos pelos ingleses, enseja no questionamento de, não seria oportuno para a Grã-Bretanha apoiar os Estados Confederados da América na Guerra de Secessão Americana? A intenção de frear o expansionismo americano era um objetivo real, e a guerra civil seria a chance concreta de boicote os planos hegemônicos no continente americano e percebemos que portanto, além da predição teórica de que a intervenção cumpriria com um objetivo declarado do realismo ofensivo das potências impedirem a ascensão hegemônica de outras potências, verifica-se que o contrapeso ao expansionismo americano fora também uma diretriz da política externa inglesa e

uma evidência factual. O capítulo seguinte se debruçará sobre a política externa vitoriana e a Guerra de Secessão Americana.

#### **4 POLÍTICA EXTERNA BRITÂNICA E A GUERRA DE SECESSÃO AMERICANA.**

Parte da literatura sobre a política externa inglesa atribui uma falha de aceção da teoria realista em operar na análise sobre o comportamento britânico na Guerra de Secessão americana. Denota-se que alguns autores requerem da teoria e políticas realistas de Palmerston a tal intervenção, e utilizam a sua não concretização como fator importante para a desqualificação da teoria para a análise do momento em destaque, como faz Steele (2005). Ainda assim, outros fatores foram demasiadamente sobressaltados como determinantes para a realização da política britânica de neutralidade, já que muitos trabalhos enfatizam a Proclamação de Emancipação do Presidente Lincoln como uma jogada política que trouxe um novo caráter moral a guerra e impediu tentações estrangeiras de intervenção em favor da Confederação (Steele, 2005; Doyle, 2015);. Este trabalho compreende que os fatores que levaram à Grã-Bretanha a adotar uma política de neutralidade não tem relação com caráter moral de intervenção a favor de um país escravista, e crê no entanto, que as razões por trás da neutralidade britânica se dão por razões teóricas evidenciadas no realismo ofensivo. Assim, assume-se que o Realismo Ofensivo possui plenas capacidades de explicar o posicionamento britânico para a Guerra de Secessão Americana, e a balança de poder é fator primordial para a compreensão da política externa britânica do período. O primeiro capítulo deste trabalho mostrou a distribuição de poder na década de 60 a partir de uma análise crua de capacidades. Este capítulo por outro lado, mostra os suportes fáticos, de como essas capacidades e a política externa de outros países europeus, afetou a percepção sistêmica dos dirigentes britânicos acerca da balança de poder europeia, e o contraste da política externa inglesa com os eventos do sistema internacional da metade do século XIX.

##### **4.1 REALISMO E A CONDUTA BRITÂNICA NO SÉCULO XIX**

Como já fora tratado por este trabalho, o apoio britânico aos Confederados é um evento contrafactual que possui embasamento em duas premissas. A primeira é pelas condições teóricas do realismo ofensivo que preconiza a atuação de potências tentando impedir a ascensão hegemônica de seus rivais. A segunda premissa está

fundada na própria política britânica para a América do Norte, que fora caracterizada por uma contínua preocupação com o crescimento ianque. Palmerston reconheceu que os EUA não poderiam prosseguir com o seu “sistema de engrandecimento” (Bourne, 1967 p.77). A fortificação da fronteira dos grandes lagos, e a política inglesa para o Texas nos demonstram que, de fato, o expansionismo era mal visto pelos britânicos. Mediante tais premissas, por que a neutralidade foi adotada? Por que não foi adotada uma estratégia de balanceamento, seguindo esta clássica abordagem política das antigas potências europeias? Assume-se aqui, que a neutralidade foi uma política que surgiu a partir de restrições de inputs sistêmicos do Sistema Internacional. Provavelmente, a política mais oportuna para os britânicos seria o balanceamento direto à União a partir do suporte a sua dissolução, e efetivação de uma balança de poder mais bi ou multipolar no continente americano. A divisão da região entre Confederados e Unionistas, evitaria assim a criação de uma potência hegemônica regional. Percebe-se que neste caso, a balança de poder ao mesmo tempo em que seria a razão para intervenção britânica, atuou como as amarras que a impediram de atuar conforme a predição teórica. Isso é evidente dado que a prospecção de intervenção no conflito se dá pelas premissas do próprio realismo ofensivo, onde há interesse de uma grande potência (ou das grandes potências) em boicotar a ascensão de outro competidor ao estágio de hegemonia regional (Mearsheimer, 2001). No entanto, a razão para o não boicote aos Estados Unidos jaz na própria aceção de que a balança de poder europeia não permitiria a disponibilidade de uma potência balancear uma nação ascendente, em plena capacidade de projeção militar em um continente distante, e diferente do que vimos no segundo capítulo, desta vez, a Guerra não representava mais uma relação tão de díspar de superioridade do país europeu como no ocorrido na Guerra de 1812. Para elucidar as restrições da balança regional de poder e a impossibilidade da Guerra com a União, o capítulo consiste de três seções: a primeira trata das relações da Grã-Bretanha com França e Rússia; a segunda aborda o paralelo de forças e as relações entre Grã-Bretanha e a União durante a Guerra de Secessão Americana; a terceira e última seção do capítulo disserta sobre o novo cenário europeu que surge no futuro imediato.

## 4.2 FRANÇA, RÚSSIA E A BALANÇA DE PODER EUROPEIA.

Esta seção faz uma seleção sobre a política externa e o parâmetro de poder de dois países europeus: Rússia e França. No entanto, abordar apenas estes dois países neste trabalho não implica a concepção de que apenas estes se apresentavam como grandes potências europeias em 1860. Como exemplo, é explícito, se olharmos para os dados entre os países selecionados para as tabelas 1 e 2 do primeiro capítulo, podemos perceber que Áustria e também a Prússia, em menor grau, possuíam considerável poder latente e também uma força militar respeitável, em pés de igualdade com algumas das outras potências. A seleção deste capítulo pelas relações da Grã-Bretanha com Rússia e França ocorre, portanto, devido a alguns fatores: no caso do primeiro país, o fato de ser a grande potência terrestre do continente com mais de 800.000 homens em armas (tabela 2) indica que sua presença é a mais importante para a balança de poder regional, uma vez que impacta diretamente a distribuição de capacidades, parte essencial para a análise sistêmica nas teorias neorrealistas (Waltz, 1979; Mearsheimer, 2001). A seleção da França é devido ao fato de, além de ser a segunda maior potência militar em número de tropas (tabela 2) e segunda maior potência na produção de aço e ferro e em parte relativa da produção industrial (tabela 1), o fator da proximidade entre Grã-Bretanha e França também é relevante. Nesta medida, a opção pelos franceses ocorre como uma forma de respeito à intrínseca relação securitária entre os dois, uma forma de valoração da proximidade geográfica como fator essencial para a formulação das políticas de defesa e externa de uma nação, uma respeitável consideração à teoria de balança de ameaças de Stephen Walt (1987). Mediante esta longa consideração, seguimos a continuidade do capítulo.

Os anos da Guerra de Secessão Americana são um período em que é possível começarmos a observar o lento fim da Pax britânica. Diferente do período de 1815, com a vitória e ascensão britânica a um posto de *quasi* hegemon do mundo, no período de 1860, acontecimentos impactantes já haviam tomado lugar para que fosse possível que identificássemos que a era de preponderância britânica e do concerto europeu já enfrentava turbulências. Eventos como a Guerra da Crimeia e as Guerras de Unificação Italiana são exemplos claros de mudança do cenário político europeu, uma quebra evidente do arranjo desenhado pelo

Congresso de Viena. Não obstante, as relações da Grã-Bretanha com seus vizinhos europeus sofrem defasagem.

As relações entre França e Grã-Bretanha foram palco frequente de discussões políticas nas Câmaras legislativas britânicas e entre a opinião pública nacional na década de 50. Apesar da conexão intrínseca que ambos possuem, devido a eterna rivalidade entre o poder continental e insular desde a Guerra dos 100 anos, a preponderância econômica e militar inglesa após o fracasso francês na busca por hegemonia europeia permitiu que grande parte do foco da política externa britânica fosse reorientado para a manutenção do *laissez-faire* econômico e da projeção comercial através de suas colônias ultramarinas. Houve baixo investimento em defesa e uma manutenção do tamanho da frota da Royal Navy nos anos seguintes à 1815 (Kennedy, 1976). Tal abordagem corrobora com o cenário de baixa competitividade securitária que a balança de poder europeia representava para os políticos ingleses no período imediato ao Congresso de Viena.

Mais tardiamente, apenas na metade do século XIX, outro grande conflito europeu voltou a tomar conta do cenário político mundial. A Guerra da Crimeia (1853-1856), uma larga coalizão europeia contra o expansionismo russo aos balcãs após a desintegração do Império Otomano, foi a primeira guerra verdadeiramente moderna, já que apresentou considerável uso das tecnologias industriais como o uso dos navios a vapor, uso do telégrafo e de linhas ferroviárias (Figes, 1959). Ela fora ganha facilmente pelo Reino Unido e seus aliados. A Projeção da marinha britânica era dita ser tão superior, que mesmo não tendo acesso terrestre a península da Crimeia, devido ao baixo empenho logístico e a falta de infraestrutura ferroviária ao sul de Moscou, a Royal Navy conseguira chegar em Sevastopol antes mesmos das tropas do país do qual estavam atacando (Kennedy, 1988, p.172).

A Agenda securitária começa a tomar importantes pautas no final da década de 50. A maior parte das preocupações britânicas envolveram o governo de Napoleão III. Durante seu reinado, o imperador decidiu investir pesadamente na marinha francesa. A França foi o primeiro país a introduzir o motor a vapor em sua frota marítima (Kennedy, 1976). Demonstrava por meio de seu audacioso investimento no potencial naval francês que havia um desejo implícito de contestação ao poderio marítimo de seu vizinho insular. Por volta de 1859, 95 navios britânicos velejavam pelas águas do globo, contra 51 franceses, além das 97 fragatas britânicas ante 96 francesas (Kennedy, 1976). Tal Número demonstra que,



embora a Grã-Bretanha ainda usufruísse de uma considerável superioridade ante a marinha francesa, o cenário já se demonstrava mais competitivo.

Ademais, a política do imperador francês era extremamente agressiva e de difícil previsibilidade. Não obstante a incrementação do poderio marítimo, o imperador francês implementou uma política externa “aventureira”. Costumava envolver-se intensamente com assuntos externos e realizava intervenções conturbadas em países cujas nações estavam em processo de consolidação. Durante o reinado de Napoleão III, a França interveio no movimento de unificação italiana em 1849, e posteriormente, a anexação francesa de Savóia e Nice causou fortes tensões nas relações anglo-francesas (Brown, 2007). Não obstante a desconfiança inglesa ao caráter intervencionista da política externa francesa, houve movimentos como a fortificação de Cherbourg - península próxima à Inglaterra, localizada no canal da Mancha – que ensejaram uma demanda imediata por reação dos dirigentes ingleses.

Mediante a audaciosa política externa francesa e do incremento potencial da marinha do país vizinho, Lord Palmerston ordenou a fortificação da costa britânica. Uma série de fortes militares foram construídos ao redor de Portsmouth que ficavam próximas ao continente europeu. As famosas construções ficaram conhecidas como *Palmerston Forts*, e foram construídas após a recomendação da *Royal Commission on the Defence of the United Kingdom* de 1859, que a propôs mediante esta forte preocupação com o crescimento da marinha francesa nos últimos anos. Assim, a conduta do imperador Napoleão III ensejava problemas para Lord Palmerston, já que o incremento da marinha francesa, aliada a outros movimentos como as intervenções do Imperador francês na Polônia divergiam a atenção britânica da América do Norte, direto para o centro do continente europeu (Herring 2008.p.51).

Além dos temores de invasão francesa, o desenho de política externa das potências europeias demonstrava em algumas ocasiões o posicionamento dos rivais acerca da Guerra de Secessão. O Império Russo tomou uma posição ativa durante a Guerra de Secessão, e foi o único país europeu a declarar um lado na guerra, apoiando ativamente a União. Tanto Rússia quanto EUA seguiram caminhos expansionistas não conflituosos entre si, e possuíam uma boa relação. Além do mais, sabiam que devido a suas magnitudes, cada um poderia servir ao outro como potencial aliada para o balanceamento ao poder britânico (Herring, 2008). Postando-se como aliado da União na guerra civil, a opção condicionava uma

aliança que preocupava a Grã-Bretanha, à medida que a Rússia, detentora do maior exército nacional do mundo, tinha planos de expansão de sua influência que já foram rechaçados pelos ingleses em algumas ocasiões, como na coalizão organizada para o impedimento do avanço russo sob os balcãs após o início do esfacelamento do Império Otomano. Não obstante, a rivalidade entre Rússia e Grã-Bretanha também ficava concentrada sob as zonas de influência das colônias britânicas no Oriente Médio, como a exemplo do Grande Jogo e as disputas de ambos países por influência no Afeganistão e na antiga Pérsia (Ewans, 2004).

Assim sendo, percebe-se que as relações externas da Grã-Bretanha com os seus rivais europeus eram tumultuosas e de difícil predição. O incremento do poder francês e a existência da formidável potência terrestre Russa aliada à União, trouxeram preocupações consideráveis para a Grã-Bretanha frente a política europeia, e dificultou qualquer política intervencionista britânica longe de seu continente natal.

#### 4.3 O GRANDE PARALELO: EUA, GRÃ-BRETANHA E A GUERRA CIVIL AMERICANA.

O que custaria aos britânicos uma possível disputa contra a União no continente americano? Tal estimativa requereu presumir que um apoio a causa Confederada ensejaria um de fato engajamento militar entre União e Grã-Bretanha. O antagonismo seria esperado pelo fato de que à época da Guerra civil, as relações entre os dois muitas vezes quase extrapolou o limite da animosidade, ensejando grande risco de incineração de uma disputa com engajamento militar. Como já fora abordado, uma proposta de guerra da própria União chegou até a ser apresentada pelo Secretário William Seward (Bourne, 1967), mas como esta ideia foi rechaçada pelo Presidente Lincoln, como podem as relações entre os dois países terem estado em um alto nível de tensão mesmo com uma expressa declaração de neutralidade inglesa no conflito?

Esta própria declaração ensejou suspeitas entre os políticos nortistas, desacreditados das intenções da coroa, a declaração promulgada pela Rainha ao mesmo tempo em que declarava indiferença e indisposição do país perante qualquer lado do fratricídio no novo mundo, trouxe severas preocupações para os dirigentes americanos devido ao reconhecimento de um Estado beligerante no sul dos Estados

Unidos (mas não um Estado soberano) (Jones, 2010). Assim, ao mesmo tempo em que a Grã-Bretanha declarava neutralidade, os americanos acreditavam que esta proclamação abria espaço significativo para uma futura intervenção britânica em favor de um país beligerante que já fora reconhecido.

Com as relações diplomáticas em alto nível de tensão, o ponto alto das desavenças políticas que chegou o mais perto possível de indicar uma interferência britânica no conflito foi o “Caso Trent”. Os confederados negociavam duramente o reconhecimento de sua recém declarada confederação como Estado soberano com as potências europeias, as esperanças confederadas restavam em uma naturalidade em que o seu reconhecimento viria dada a dependência britânica do fornecimento de algodão dos estados sulistas, a busca diplomática pelo reconhecimento dos Estados Confederados da América enquanto um país soberano e independente era cunhada Diplomacia do Rei Algodão (Owsley, 1959). A dependência econômica fora facilmente substituída por outros mercados como o brasileiro e o do novo empreendimento inglês no Egito (Owsley, 1959), tornando a intervenção econômica de manutenção de seu comércio de algodão e alimentação da indústria têxtil inglesa como uma causa perdida e infundada. O fato é que enquanto os secretários de Jefferson Davis, presidente confederado, se encontravam com comissários ingleses a bordo do Navio *RMS Trent*, o barco fora interceptado pelo unionista Capitão Wilkes, e os emissários confederados foram encarcerados. A ação não fora bem vista pelos ingleses, o ato de apreensão do *Trent* fora assimilado como uma forçada violação da neutralidade inglesa perpetrada pelas forças unionistas. Além da indignação dos políticos ingleses perante o incidente perpetrado pela União, ocorria que a causa Confederada detinha certa aprovação entre a população e os dirigentes. Historiadores como Peter Eisenberg (1982) já demonstraram que a Guerra de Secessão fora uma repressão do norte à divisão do país, e era assim que a Guerra era vista pela sociedade britânica da época. Muito antes da Proclamação de Emancipação dos Escravos, a causa Confederada já compartilhava de uma simpatia na Europa, que independente de adotar um regime onde a escravidão era permitida, lutava ultimamente pela independência nacional, e a luta por soberania era bem vista no velho continente. Desta forma, a aprovação popular e o incidente do caso Trent trariam base para o *causus belli* de uma guerra entre União e Grã-Bretanha. No entanto, apesar das severas ruzgas diplomáticas, o caso fora resolvido amistosamente, e os comissários confederados foram liberados

posteriormente para continuar a tentativa de reconhecimento de sua causa nos países europeus.

O Caso Trent não foi a única oportunidade de intervenção que se apresentou a Palmerston. A convite de Napoleão III, uma intervenção humanitária no conflito fora considerada pelo imperador francês, que justificaria a intervenção europeia pela necessidade de interromper o fratricídio americano. Obviamente, potências jogam um jogo onde seus interesses andam a frente de quaisquer voluntariedades humanitárias, e Palmerston certamente suspeitava das intenções de Napoleão no continente americano, tendo receio de novas empreitadas de ampliação do Império colonial francês no novo mundo que fora de fato buscada com a invasão francesa ao México. (Herring, 2008).

Além dos incidentes com a União, a oportunidade para uma intervenção britânica, mesmo que por mediação, era vista como dependente de uma posição de vitória dos Confederados. Desta forma, políticos britânicos aguardavam uma resposta do campo de batalhas para definir uma posição mais clara do seu país a respeito da Guerra. A vitória confederada na segunda batalha de Bull Run trouxe alta moral para o sul, e fora tão bem vista no velho continente, que fez com que o Lord John Russell, secretário de estado à época pressionasse o primeiro ministro para que fosse realizada uma intervenção (Bourne, 1970). No entanto, logo em sequência, o general confederado Robert Lee organizou uma fracassada ofensiva ao território unionista, e embora essa batalha tenha contado com uma falha estratégica tremenda do General McClellan dos exércitos da união em permitir o recuo e defesa dos exércitos confederados, a batalha de Antietam fora um divisor de águas na política americana e na continuidade do conflito. A insatisfação de Lincoln com McClellan fez com que o Presidente o despedisse em favor da posterior nomeação de Ulysses Grant, general do teatro ocidental do conflito que sitiou a cidade de Vicksburg e tomou controle do Rio Mississippi. No curso imediato de Antietam, Lincoln também elaborou a Proclamação de Emancipação dos escravos do sul, que ao mesmo tempo em que garantia a liberdade àqueles subjugados a um regime escravista, também dava um ultimato aos estados secessionistas para que regressassem à União. A Batalha de Antietam e o período que a segue mostram que as políticas de intervenção britânica seriam problemáticas. Desta forma, Lorde Palmerston agiu prudentemente ao rejeitar a intervenção por conta de uma percepção de possibilidade de vitória sulista após a segunda batalha de Bull Run,

tendo em vista a virada de chave da Guerra com as vitórias unionistas em Vicksburg, Gettysburg e com aniquilante marcha do General Sherman ao mar, destruindo toda infraestrutura confederada a medida em que avançavam adentro de território confederado em direção ao oceano atlântico (Weigley, 1973).

No geral, a política externa britânica para o conflito envolvia diferentes fatores de interesse, desde a manutenção do fornecimento de algodão para a indústria nacional até o impedimento de intervenções de outras potências europeias no conflito. Logo, é prudente avaliar que o principal artifício da política inglesa foi o acompanhamento de extrema cautela e preocupação, uma tentativa declarada de minimização de danos. Assim, a neutralidade britânica, ao mesmo tempo em que buscava evitar causar problemas securitários para a Grã Bretanha no fratricídio americano, diante da impossibilidade de arriscar um conflito armado contra a União.

#### **4.3.1 Mensuração de Forças**

O embate direto de forças demonstrava desta vez um caso bem mais complexo do que os vividos nas últimas duas guerras entre Grã-Bretanha e Estados Unidos da América, embora dividido em dois. A União, somente, deteve um pico de cerca de 1.000.000 soldados ativos (Livermore, 1901), números que jamais conseguiriam ser enfrentados pelas forças britânicas no Canadá, que englobava 3000 homens antes da Guerra (Bourne, 1967). O baixo número de soldados também se junta à carência de equipamentos do Exército Britânico do Canadá, que contava com cerca de 17.000 rifles no ano de 1861, com apenas 7000 rifles Enfield (Bourne, 1967). O norte além do mais, tinha uma capacidade produtiva significativa. Juntando ambas União e Confederação, os estados do norte detinham 97% da produção de armamentos e eram dotados de dois terços das estradas de ferro nacionais (Eisenberg, 1982). Mesmo com uma abertura de duas frentes, tanto no norte contra o sul, a rápida industrialização americana fornecera ao norte do país uma rede de ferrovias complexa e com alta cobertura por todo território do norte (Weigley, 1973), que no caso da necessidade do remanejamento de tropas, cumpriria uma função fundamental em um processo logístico que acabaria por revolucionar a guerra moderna (Keegan, 1995). Esta realidade seria distante do que a Grã-Bretanha havia sido confrontado contra o exército Russo na Guerra da Crimeia 10 anos antes, onde

a falta de infraestrutura e mobilidade do exército russo fora superada pela agilidade da marinha britânica no deslocamento de tropas para a península da Crimeia (Figs, 1959), neste caso, a logística americana se sobressairia fortemente em relação ao competidor da década anterior.

Não obstante, o abastecimento às tropas canadenses seria de difícil realização. Além da dificuldade de projeção de poder por trás de largos corpos de água (Mearsheimer, 2001), sabe-se que a marinha americana estava muito mais capacitada do que antigamente. Além da guerra terrestre travada entre os Estados de Tennessee e Virgínia, um grande bloqueio econômico fora posto em prática pela União. O plano anaconda visava impedir que os Estados do sul, dependentes do comércio exterior com potências europeias, mantivessem relações econômicas com o exterior (Eisenberg, 1982). Esperava-se inicialmente que apenas a pressão econômica seria suficiente para o sufocamento dos Estados Confederados da América e posterior desistência da rebelião, mas como é de costume há muito tempo no sistema internacional, bloqueios e sanções têm um efeito coercitivo enxuto na mudança de política externa do país atingido. No entanto, o plano anaconda, do General Winfield Scott, ensejava um papel ativo para a marinha americana, e impedia a travessia de navios estrangeiros para o continente americano sob uma costa de 5600 quilômetros de extensão (Eisenberg, 1982). A ativa marinha americana produziria tremendas dificuldades para a marinha britânica, que durante o ano da crise do *NMS Trent* por exemplo, dispunha de 33,454 marinheiros (tabela 3) com 626 navios, da qual 65 eram *ironclads* (Britannica, [s.d]). O abastecimento ao Canadá e voluntariedade para furar o bloqueio americano demandaria total atenção e disponibilidade de recursos britânicos para o risco de uma guerra no continente americano. Seria necessário que seu entorno estratégico regional estivesse posto sob um mar de tranquilidade que lhe permitisse realizar o empreendimento de balancear uma balança regional de poder adversa, já que mesmo sendo uma grande potência, percebe-se que encarar um embate com uma potência regional fora de sua zona de projeção, seria uma tarefa extremamente custosa para qualquer potência.

Figura 1 - Plano Anaconda



Fonte: <[memory.loc.gov/cgi-bin/query/h?ammem/gmd:@field\(NUMBER@band\(g3701scw0011000\)\)](http://memory.loc.gov/cgi-bin/query/h?ammem/gmd:@field(NUMBER@band(g3701scw0011000)))>. Acesso em 13 set 2023.

O entorno regional da Grã-Bretanha nunca estivera securitizado para que ela pudesse intervir na balança do continente americano. Pode-se pensar adversamente, lembremos que a Royal Navy e a projeção de poder marítima britânica foram capazes de lhe assegurar as mais importantes rotas transatlânticas do século XIX, como o domínio da Índia e a própria abertura forçada dos portos chineses. Tais empreendimentos não se tornam comparáveis devido à diferente complexidade entre a manutenção do império colonial e um possível enfrentamento contra a União. Em 1857, a Inglaterra dispunha de 43.000 soldados para o controle de seu território Indiano, antes da rebelião indiana (Britannica, s.d) um território que na época, era carente de infraestrutura industrial e incapaz de resistência colonial, em comparação ao desafio que um embate com os Estados Unidos representaria.

Os Estados Unidos da América mantinha um número baixo de efetivos em tempos de paz, cerca de 28.000 soldados (Tabela 2). A Guerra de Secessão e os planos de guerra contra a Grã-Bretanha de Seward assustaram os políticos ingleses, que mediante a necessidade de reforço do território canadense, aumentaram o efetivo da colônia ocidental para 12.500 homens (Bourne, 1967). o aumento de efetivos canadenses era adequado, mas o esforço de guerra em 1861 elevou

largamente o número de efetivos dos estados do norte, dificultando enormemente qualquer paridade entre forças canadenses e unionistas. A preocupação com a defesa do Canadá demonstra que havia um perigo real percebido pela administração, no entanto, o caráter destas medidas é extremamente reativo. Não demonstra um objetivo implícito de agressão à união, apenas reflete as preocupações securitárias oriundas de rumores de guerra contra a nação, empecilhos diplomáticos e da própria instabilidade que uma guerra civil trouxe para a região.

A diferença entre as populações de ambos já era abismal, enquanto a União continha uma população de 20 milhões de nacionais (Eisenberg,1982), o primeiro censo nacional canadense de 1871 demonstrou que mesmo 6 anos depois da guerra, o Canadá tinha uma população 3 milhões e 500 mil habitantes (Canadá, 1871) inferior até para a população de brancos dos estados do sul de cerca de 6 milhões.

**TABELA 3 - Número de ativos na marinha unionista**

<b>Ano</b>	<b>Oficiais</b>	<b>Alistados</b>	<b>Officer Candidates</b>	<b>Total</b>
1859	1,117	8,500	267	9,884
1860	1,150	8,500	292	9,942
1861	1,114	26,500	267	27,881
1862	3,224	30,000	230	33,454
1863	4,209	34,000	498	38,707
1864	5,679	51,500	501	57,680
1865	6,759	51,082	455	58,296

Fonte: <<https://www.history.navy.mil/research/library/online-reading-room/title-list-alphabetically/u/usn-personnel-strength.html>>. Acesso em: 17/07/2023

De tal forma, mesmo com motivos estratégicos e oportunidades claras para tomar posição na Guerra, percebe-se que a proeminência militar da União, o tamanho da população, quantidade de ativos, bloqueio marítimo e alta densidade de ferrovias que auxiliavam no esforço logístico da guerra eram empecilhos



consideráveis que desencorajaram a Grã-Bretanha a assumir uma postura mais agressiva e definitiva do que a política de neutralidade.

#### 4.4 O CENÁRIO EUROPEU: UNIFICAÇÕES E O REORDENAMENTO DA ORDEM INTERNACIONAL.

Como já foi demonstrado, tanto o embate de forças entre União e Grã-Bretanha, quanto as tumultuosas relações do país insular com seus maiores vizinhos França e Rússia limitavam a possibilidade de intervenção britânica na guerra civil americana. No entanto, mudanças cruciais na ordem internacional começam a florescer, alguns movimentos surgem remapeando a política europeia e causando uma forte reorientação da política externa inglesa.

Isto porque a Europa na segunda metade do século XIX passa pelo período das unificações nacionais, e assiste ao surgimento de dois novos países que entram em cena ao jogo político europeu, prontos para afetar o curso das relações internacionais do século seguinte. Ambos, Itália e Alemanha se tornam potências chaves na política mundial. Não obstante suas conhecidas e ativas participações nas duas guerras mundiais do século XX, o rearranjo europeu a partir da política de alianças do chanceler Otto Von Bismarck mexe profundamente com a compreensão britânica das relações interestatais europeias. A política descrita para o governo de Lorde Salisbury (1885-1902) do Isolacionismo Esplêndido é considerada a conduta internacional da Grã-Bretanha para a maior parte do século XIX, identificada na política palmerstoniana a partir da ideia não adoção de “nenhum aliado permanente, apenas interesses permanentes”. (Tarkow-Namaani, 1946, p.163). A política externa britânica para o continente europeu portanto, consistiu em uma tentativa estrondosa de manutenção de uma balança de poder estável no continente, a medida em que o entorno securitário regional da Grã-Bretanha fosse securitizado, maior tranquilidade teria a nação para investir no comércio internacional e na manutenção de suas rotas marítimas.

A política externa britânica para o século XIX pode ser traçada desde o rearranjo ao Concerto da Europa de 1822. Com uma preponderância naval estrondosa e a alta moral da vitória contra a tentativa hegemônica de Napoleão, a orientação política segue então a linha do Secretário de Estado George Canning,

simbolizada pela famosa frase: “Non-intervention; no European police system; every nation for itself, and God for us all” (Temperley, 1925, p. 342). Pode-se perceber que a estratégia britânica consistia na manutenção do livre comércio, protegendo rotas marítimas e que para isso, visava manter uma balança de poder estável no continente europeu para evitar que a balança europeia impedisse a construção do império global britânico.

O esquema de Bismarck com a criação de alianças oportunas, como da Liga dos Três Imperadores, são exemplos da nova fase da política europeia baseada nas coalizões. E mesmo com a política de Entente Cordiale com a França, as relações interestatais europeias sofre severas defasagens, à medida que dois novos poderes são adicionados do jogo de poder continental, clamando por cadeiras na partilha do continente africano e com a Alemanha principalmente, desafiando a primazia industrial britânica na Europa. De tal forma o crescimento de outras potências europeias e o novo jogo político das potências tem caráter crucial na preocupação com a política externa britânica. Tão importante fora a Reunificação Alemã para o continente, que o líder conservador Benjamin Disraeli acreditava que este evento teria “destruído a balança de poder europeia prejudicialmente para a Grã-Bretanha” (Crozier, 2020, p. 637, tradução nossa). O excepcionalismo britânico e a manutenção de um estabilidade de seu contorno estratégico próximo começa a demandar um papel mais ativo da política externa britânica, o isolacionismo esplêndido vê seus limites consequentes com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o Memorando Crow (1907) já previa uma tentativa de obtenção de hegemonia por parte da Alemanha na alvorada do século XX.

Portanto, percebe-se que as mudanças do cenário europeu foram determinantes para a inoperância britânica para qualquer coisa além da neutralidade na guerra de secessão americana. Balancear a União em seu próprio continente por volta de 1860 já seria um empreendimento militar oneroso pela capacidade militar dos estados do norte, aliada as tumultuosas mudanças da balança de poder europeia, com o surgimento de novos protagonistas com alta capacidade industrial e militar impediria categoricamente qualquer ação efetiva do Reino Unido no continente americano, já que a intervenção nos Estados Unidos da América romperia com seu isolacionismo esplêndido e prejudicaria a segurança do país no seu continente original.

## 5 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou explicar os motivos por trás da política de neutralidade britânica para a Guerra de Secessão Americana. Por meio de uma análise histórica da ascensão dos Estados Unidos da América, foi possível perceber que logo após a independência do país, o expansionismo americano toma importante parte dos objetivos estratégicos da nação, e mediante várias políticas agressivas, como a Guerra contra o México, e até pacíficas, como a compra de Louisiana, vemos que um engrandecimento americano no continente era uma política real e pertinente que desagradava os políticos britânicos, a ponto de um impedimento ao expansionismo ianque e seu projeto hegemônico se tornar uma política considerada e analisada pela classe dirigente de Westminster. Seguindo as previsões teóricas do Realismo Ofensivo, compreendeu-se que uma intervenção britânica na guerra seria um fator decisivo para impedir a consolidação dos Estados Unidos da América como hegemonia regional, no entanto, dado a opção por uma posição de neutralidade, o trabalho buscou averiguar quais fatores impediram a Grã-Bretanha de agir conforme a previsão teórica de balanceamento a uma potência buscando hegemonia em sua região.

Verificou-se que alguns fatores externos preponderantes condicionaram a política externa da Grã-Bretanha para o período. Primeiramente, a metade do século XIX apresentou importantes alterações na balança de poder europeia. Tendo saído das Guerras Napoleônicas (1803-1815) como grande vencedora e principal potência mundial, a Grã-Bretanha não encontrava mais o mesmo cenário político internacional em 1850. A eclosão da Guerra da Crimeia (1853-1856) já era um indicativo de mudança, porém, a sequência da década demonstra um incremento considerável do poderio francês, que investiu pesadamente no aprimoramento de sua marinha, além de perseguir uma política externa ativa e intervencionista. Com a França dando as cartas no jogo europeu e com um surpreendente avanço na qualidade e tamanho de sua força naval, a Grã-Bretanha se viu obrigada a retomar sua política de defesa como prioridade. Seguindo uma estratégia defensiva, fortificou o seu entorno securitário e costal, e investiu novamente na sua marinha, que não era reforçada significativamente desde a saída vitoriosa do país nas Guerras Napoleônicas. Desta forma, preocupações securitárias dos rivais com maior

proximidade geográfica tomaram importante pauta da agenda de defesa nacional e drenaram esforços de sua política externa.

Segundamente, percebe-se que as relações entre Reino Unido e Estados Unidos já não representavam um contraste tão díspar da superioridade do império ante a república. O paralelo entre a Guerra de Secessão e a Guerra de 1812 nos demonstrou que a força da Royal Navy no início do século XIX era tanta, que fora capaz de atingir objetivos satisfatórios na guerra mesmo com a presença de um largo corpo de água isolando ambos os países, onde a projeção marítima britânica aliada do devastado cenário europeu da qual esta saiu vitoriosa permitiram que esta engajasse fortemente com os Estados Unidos da América em seu próprio continente e superasse as dificuldades impostas pelo poder parador da água. Esta acepção não pode ser replicada para a análise da Guerra de Secessão Americana, em que o acréscimo de capacidade militar, de população, produção industrial e de infraestrutura da União elevaram altamente a capacidade dos estados do norte de projeção militar e produtiva. Desta forma, um possível engajamento militar contra a União seria um embate oneroso e imprevisível, podendo custar a segurança do Canadá e da própria Grã-Bretanha no continente europeu.

Por último, o cenário europeu no período subsequente à Guerra de Secessão indicou uma severa modificação da dinâmica securitária do continente. A ascensão de novos atores internacionais unificados foram as sementes de uma nova multipolaridade desbalanceada. O jogo de alianças europeu e a divisão dos países em coalizões representaram uma nova fase do jogo político, de alta tensão e extrema cautela, que reorientaram a política britânica da manutenção de seu império global, para a busca por equilíbrio na balança de poder europeia.

Em suma, considera-se que a Grã-Bretanha não interveio na Guerra Civil Americana devido a três grandes fatores: a competição securitária contra França e Rússia; a alta capacidade militar americana durante o esforço de guerra; as mudanças no cenário europeu devido às unificações nacionais na segunda metade do século. Assim sendo, a Grã-Bretanha não dispunha de um entorno regional securitizado, não era uma hegemonia regional, logo, não tinha condições de balancear a União. Desta forma, cumpre-se o objetivo geral de explicar o porquê da política de neutralidade britânica, e concomitantemente, os objetivos específicos também são cumpridos, na medida em que: o Realismo Ofensivo foi operacionalizado; foi verificado que a balança de poder europeia foi fator

condicionante para o comportamento neutro dos ingleses; e que os inputs sistêmicos tiveram preponderância na formulação da política externa britânica.

## REFERÊNCIAS

BAIROCH, Paul. **Europe's Gross National Product**. Journal of European Economic History 11, 2. 1976 p.273-340.

BAIROCH, Paul. **International Industrialization Levels from 1750-1980**. Journal of European Economic History 11, 2. 1982

BOURNE, Kenneth. **Britain and the Balance of Power in North America 1815-1908**. Los Angeles. University of California Press. 1967

BOURNE, Kenneth. **The Foreign Policy of Victorian England: 1830-1902**. Oxford, Clarendon Press. 1970.

BROWN, David. **Palmerston and Anglo-French Relations, 1846-1865**. Diplomacy and Statecraft. 17:4, 675-692. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09592290600942918>>. Acesso em: 24 set, 2023.

BRITANNICA, **Government of India Act of 1858**. [s.d]. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/India/Government-of-India-Act-of-1858>>. Acesso em: 17 jan, 2024.

CANADA, **Census of Canada, 1871**. Disponível em: <<https://www.bac-lac.gc.ca/eng/census/1871/Pages/about-census.aspx>>. Acesso em: 20 dez, 2023.

CEPIK, Marco. SIMIONATO, Guilherme. **O conceito de Ataque Global Imediato: premissas equivocadas, consequências perigosas**. Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 12, n. 3, 2017, p. 5-29 Disponível em: <<https://doi.org/10.21530/ci.v12n3.2017.684>>. Acesso em: 11 out, 2023.

CLAUSEWITZ, Carl von. **On War**. Start Publishing LLC, 2012

CROZIER , A. J. (2020). *British exceptionalism: pride and prejudice and Brexit*. **International Economics and Economic Policy**, 17(3), 635–658. Disponível em: <[doi:10.1007/s10368-020-00469-z](https://doi.org/10.1007/s10368-020-00469-z)>. Acesso em 25 jan 2024.

CUMINGS, Bruce. **Abroad in Search of Monsters to Destroy. In.: Dominion from Sea to Sea: Ascendancy and American Power**. New Haven: Yale University Press, 2009. [pp 126-154]

DOYLE, John H. **The Cause of All Nations: An international history on the American Civil War**. Basic Books, 2015.

EISENBERG, Peter L. **Guerra Civil Americana**. São Paulo, Editora Brasiliense. 1982.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA – EUA. **Missouri Compromise**. *An Act to authorize the people of the Missouri territory to form a constitution and state government, and for the admission of such state into the Union on an equal footing*

*with the original states, and to prohibit slavery in certain territories.* Disponível em <<https://www.archives.gov/milestone-documents/missouri-compromise#transcript>>. Acesso em 14 jan, 2024.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Presidente (1809 – 1817) James Madison. **Special Message to Congress on the Foreign Policy Crisis -- War Message.** Washington, 01 jun. 1812. Disponível em: <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/june-1-1812-special-message-congress-foreign-policy-crisis-war>>. Acesso em: 28 nov, 2023.

EVANS, Graham. **The Penguin Dictionary of International Relations.** Penguin Books. London. 1998.

EWANS, Martin. **The Great Game: Britain and Russia in Central Asia,** Volume 1, Oxonm, UK RoutledgeCurzon. 2004

FIGES, Orlando. **Crimeia;** tradução de Alexandre Martins. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2019.

GADDIS, John L. **International Relations Theory and the End of the Cold War.** International Security Volume 17, Number 3, Winter 1992/93, pp. 5-58. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2539129>> . Acesso em: 01 set, 2023.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics.** New York. Cambridge University Press, 1981.

HERRING, George – **From Colony to Super Power: U.S Foreign Relations since 1776.** New York. Oxford University Press, 2008.

HUNTINGTON, Samuel P. **The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil Military Relations.** Belknap Press. Cambridge, Massachusetts, USA. 1957

HEIDLER, David S. *The War of 1812.* Greenwood Publishing Group Inc.

HISTORIC UK, **The Royal Navy's Size Throughout History.** Disponível em: <<https://www.historic-uk.com/Blog/British-Navy-Size-Over-Time/>>. Acesso em: 09 dez, 2023

HOBBS, Thomas. **Leviatã.** Martin Claret. 1.ed. São Paulo. 2009

HOBSBAWN, Eric. *A era do capital: (1848-1875).* Paz & Terra. 2012

HORSMAN, Reginald. **The Causes of The War of 1812.** USA. The Trustees of the University of Pennsylvania. 1967

HORSMAN, Reginald. *On to Canada: Manifest Destiny and United States Strategy in the War of 1812.* **Michigan Historical Review.** Vol. 13, No. 2 (Fall, 1987), pp. 1-24

JONES, Howard. **Blue & Gray Diplomacy: A History of Union and Confederate Foreign Relations.** University of North Carolina Press, 2010.

KAGAN, Robert. **Our Messianic Impulse**. The Washington Post. 2006. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/2006/12/10/our-messianic-impulse/e3a043e0-b7ad-4536-93d4-bca1f863788c/>> Acesso em: 19 nov, 2023

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KENNEDY, Paul M. **The Rise and Fall of British Naval Mastery**. London. Penguin Books, 1976

KENNEDY, Paul. **The Rise and Fall of the Great Powers**. New York, NY : Random House, 1988

LAYNE, Christopher. Lord Palmerston and the Triumph of Realism: Anglo-French Relations 1830-1848. Elman, Miriam. **Paths to Peace: Is Democracy the Answer?**. Edited by Miriam Fendius Elman, ed.. Cambridge, MA: MIT Press, 1997.

LIVERMORE, Thomas L. **Number and losses in the civil war in America 1861-65**. Boston. Houghton Muffin. 1901

MARTIN, André, Guerra de Secessão. In MAGNOLI, Demétrio (organizador). **História das Guerras**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W. Norton and Company. 2001.

MEARSHEIMER, John J. **Why Leaders Lie: The Truth about lying in international politics**. New York, Oxford University Press, 2011

NAVAL HISTORY AND HERITAGE COMMAND. **War of 1812. 2023**. Disponível em: <<https://www.history.navy.mil/browse-by-topic/wars-conflicts-and-operations/1812.html>>. Acesso em: 04 dez, 2023.

PRATT, Julius W. **Expansionists of 1812**. Gloucester, MA, USA. Peter Smith. 1957

POSEN, Barry. **Command of The Commons: The Military Foundation of U.S Hegemony**. International Security, 28(1), 5–46. 2003.

REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA. **PROCLAMATION OF NEUTRALITY, 1861**. Disponível em <<https://newspapers.bc.edu/?a=d&d=pilot18610608-01.2.17&e=-----en-20--1--txt-txlN----->>. Acesso em 23 fev, 2024.

ROOSEVELT, Theodore, **The Naval War of 1812**. New York and London, G. P. Putnam's sons, 1900.

ROOSEVELT, Theodore. **The Winning of The West**. VI ed, Philadelphia, Gebbie and Company. 1903



SINGER, J. David, and Melvin SMALL. **NATIONAL MATERIAL CAPABILITIES DATA, 1816-1985**. Ann Arbor, MI: J. David Singer, University of Michigan, and Detroit, MI: Melvin Small, Wayne State University [producers], 1990. Ann Arbor, MI: Inter-university Consortium for Political and Social Research [distributor], 1993. <<http://doi.org/10.3886/ICPSR09903.v1>>. Acesso em 03 out, 2023

STACEY. C. P. The Myth of the Unguarded Frontier V 65. **American Historical Review**. 1950. p(1-18). Disponível em: <<https://doi.org/10.1086/ahr/56.1.1>>. Acesso em 19 dez, 2023.

TARKOW-NAAMANI, Israel. The Abandonment of “Splendid Isolation” By Great Britain. **Canadian Historical Review**. 1942. p(163-168). Disponível em: <<https://doi.org/10.3138/chr-027-02-04>>. Acesso em: 13 jan, 2024

TEMPERLEY, Harold. **The Foreign Policy of Canning, 1822–1827**. G Bell & Sons, 1925.

TOCQUEVILLE, Alexis. **De La Démocratie en Amérique**. Institut Coppet. 12ed. 2012

WALT, Stephen. **The Origins of Alliances**. Cornell University Press, 1987.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. New York, McGraw-Hill, 1979.

WALTZ, Kenneth N. The Origins of War in Neorealist Theory. **Journal of Interdisciplinary History**, XVIII:4 1988), p.(615-628). Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/CBO9780511601033.003>>. Acesso em: 14 set, 2023.

WEIGLEY, Russell F. **The American Way of War: A History of the United States Military Strategy and Policy**. New York, Macmillan Publishing Company, 1973.